



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL – CAMPUS DO PANTANAL



EDIVALDO DA SILVA PINHO

**O RECRUTAMENTO MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA FRONTEIRA
BRASIL-BOLÍVIA: SERVIÇO OBRIGATÓRIO E ESTRATÉGIA POLÍTICA DE
SEGURANÇA E DE DESENVOLVIMENTO EM REGIÃO DE FRONTEIRA**

**CORUMBÁ-MS
2024**

EDIVALDO DA SILVA PINHO

**O RECRUTAMENTO MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA FRONTEIRA
BRASIL-BOLÍVIA: SERVIÇO OBRIGATÓRIO E ESTRATÉGIA POLÍTICA DE
SEGURANÇA E DE DESENVOLVIMENTO EM REGIÃO DE FRONTEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus do Pantanal –, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa 1: Estratégias políticas, mobilidade humana e desenvolvimento territorial.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elisa Pinheiro de Freitas

**Corumbá-MS
2024**

**O RECRUTAMENTO MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA FRONTEIRA
BRASIL-BOLÍVIA: SERVIÇO OBRIGATÓRIO E ESTRATÉGIA POLÍTICA DE
SEGURANÇA E DE DESENVOLVIMENTO EM REGIÃO DE FRONTEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços da
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, como requisito
para obtenção do título de Mestre.

Aprovada em Corumbá-MS, em 22 de abril de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Elisa Pinheiro de Freitas

Orientadora

(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/PPGEF-UFMS)

Prof.^a Dr.^a Gleicy Denise Vasques Moreira

Avaliador interno

(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/PPGEF-UFMS)

Profa. Dr.^a Márcia da Silva

Avaliador externo

(Universidade Federal da Integração Latino-Americana/Unila)

Dedico este trabalho a todo aquele que foi, é e será do “Braço forte, mão amiga” na modalidade antagônica do recrutamento militar, os famosos “recrutas”.

AGRADECIMENTOS

Agradeço infinitamente a Deus pelas inúmeras moções e permissão para adentrar a este universo de estudos fronteiriços. N'Ele, à Virgem Maria, Mãe do Senhor Jesus Cristo;

Meu obrigado à minha família, por me ver e afagar com olhos de águia, que de longe tudo contempla e cuida;

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Elisa Pinheiro de Freitas, na sua imensurável inteligência cuidou dos meus pequenos passos intelectuais;

À 18^a Brigada de Infantaria de Pantanal e suas respectivas OMDS, por me inspirarem e contribuírem, sem medir esforços, em colaborar com estas páginas escritas. Muitas foram os pedidos de minha parte que lograram êxitos em busca de informações e materiais de trabalho;

À Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus do Pantanal, por me receber para compor a turma do MEF do ano de 2022. Nela, o coordenador de Curso Prof. Dr. Edgar Aparecido da Costa e demais professores. Um carinho especial pela Prof.^a Dr.^a Cláudia Araújo: plantou em minha mente uma semente que germinou, digo, o “por que você não faz um projeto para o mestrado?”.

“O Serviço Militar é o triunfo completo da democracia, o nivelamento das classes, a escola da ordem, da disciplina, da coesão, o laboratório da dignidade e o patriotismo.”
Olavo Bilac

RESUMO

Recrutamento Militar Inicial Obrigatório é a via pela qual o Exército Brasileiro, desde as Capitânicas Hereditárias aos dias atuais, compõe seu efetivo variável e profissional, como meio de Estratégia Política de Segurança e de Desenvolvimento para a Nação Brasileira. Este ato está assegurado na Constituição Federal do Brasil, no art. 143, que torna obrigatório o recrutamento de jovens do sexo masculino quando completados os 18 anos de idade. Como forma de demonstrar esse ingresso, foram formulados objetivos específicos que nortearam as partes que compuseram o trabalho, a saber: conhecer a forma de ingresso dos jovens da cidade de Corumbá e de Ladário nas fileiras do Exército Brasileiro, como Serviço Obrigatório pelo recrutamento e expor a Estratégia Política de Segurança e de desenvolvimento econômico na/da Fronteira Brasil/Bolívia. Apresentar o processo de entrada dos jovens de Corumbá no Exército quando completados os 18 anos de idade, atendendo a obrigatoriedade imposta pelas Leis do Governo do Brasil. Identificar os objetivos pessoais e/ou familiares que levam os jovens a buscarem livremente o Serviço Militar Obrigatório e sua satisfação/ insatisfação com o SMO. Demonstrar o Exército como meio de Estratégia Política de Segurança e Econômica na territorialidade militar fronteiriça. Num primeiro momento, apresenta o conceito de fronteira e suas diversas facetas. Depois, é abordada a criação, o estabelecimento e a edificação da Força em voga. E num terceiro momento, explica o processo pelo qual passa o recrutamento militar, concretizado na cidade de Corumbá, que adentrou do processo seletivo até o fim do tempo de serviço obrigatório. Esta pesquisa aborda a presença do Exército em área de Fronteira com a presença da 18ª Brigada de Infantaria de Pantanal, auxiliada pelo 17.º Batalhão de Fronteira e demais organizações militares presentes na cidade de Corumbá. Para tanto, recorreu-se à pesquisa bibliográfica em diversas fontes: *sites* oficiais, dissertações na área de interesse da escrita, artigos científicos publicados em revistas e anais, congressos nacionais e internacionais realizados em tempos da pesquisa, livros impressos ou digitais, arquivos da Seção da Comissão de Seleção e fotografias do S3 da Companhia de Comando da 18ª Brigada de Infantaria de Pantanal. Constatou-se, ao fim da escrita, a relevância do Exército nas cidades de Corumbá-Ladário, na Fronteira Brasil-Bolívia, e um número expressivo de procura pelo Serviço Militar Obrigatório. Neste sentido, as possibilidades de vivência no Exército são diversas, desde a oportunidade do primeiro emprego, passando pela honra da família do recrutado, até a crescente economia das cidades circunvizinhas.

Palavras-chave: Recrutamento Militar; Exército Brasileiro; Serviço Obrigatório; Estratégia Política; Fronteira.

RESUMEN

El Reclutamiento Militar Inicial Obligatorio es la forma en que el Ejército Brasileño, desde las Capitanías Hereditarias, hasta la actualidad, compone su personal variable y profesional, como medio de una estrategia política de seguridad y desarrollo de la nación brasileña. Este acto está garantizado en la Constitución Federal de Brasil, en el art. 143, que hace obligatorio el reclutamiento de hombres jóvenes cuando cumplen 18 años. Como forma de demostración de este ingreso, se formularon objetivos específicos que orientaron a los actores que integraron el trabajo, a saber: conocer cómo jóvenes de la ciudad de Corumbá y Ladario ingresan a las filas del Ejército Brasileño, como Servicio Obligatorio a través del reclutamiento. y exponer la Estrategia Política para la Seguridad y el desarrollo económico en/desde la Frontera Brasil-Bolivia. Presentar el proceso para que jóvenes corumbenses se incorporen al Ejército al cumplir 18 años de edad, cumpliendo la obligación que imponen las leyes del gobierno de Brasil. Identificar los objetivos personales y/o familiares que llevan a los jóvenes a buscar libremente el servicio militar obligatorio y su satisfacción/insatisfacción con el SMO. Demostrar al Ejército como medio de seguridad política y estrategia económica en la territorialidad militar fronteriza. En primer lugar, presenta el concepto de frontera y sus diversas facetas. Posteriormente se aborda la creación, establecimiento y construcción de la fuerza en boga. Y en un tercer momento, explica el proceso por el que pasa el reclutamiento militar, realizado en la ciudad de Corumbá, que ingresaba al proceso de selección hasta el final del período de servicio obligatorio. Esta investigación aborda la presencia del ejército en la zona de frontera con la presencia de la 18ª Brigada de Infantería del Pantanal, asistida por el 17º Batallón de Frontera y otras organizaciones militares presentes en la ciudad de Corumbá. Para ello se utilizó la investigación bibliográfica en diversas fuentes: sitios web oficiales, disertaciones en el área de interés de la escritura, artículos científicos publicados en revistas y anales, congresos nacionales e internacionales realizados al momento de la investigación, libros impresos o digitales, archivos de la Sección del Comité de Selección y fotografías del S3 de la Compañía de Comando de la 18ª Brigada de Infantería del Pantanal. Al final del escrito, se constató la relevancia del Ejército en las ciudades de Corumbá-Ladário, en la frontera Brasil-Bolivia, y un número importante de búsquedas para el servicio militar obligatorio. En este sentido, las posibilidades de vivir en el Ejército son diversas, desde la oportunidad del primer empleo, pasando por el honor de la familia del recluta, hasta la creciente economía de las ciudades aledañas.

Palabras clave: Reclutamiento Militar, Ejército Brasileño, Servicio Obligatorio, Estrategia Política, Frontera.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Forte de Coimbra em 1801	36
Figura 2 – Fortes em Corumbá	49
Figura 3 – Estrutura da Plataforma de Cidadania Digital	63

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Faixa de Fronteira	23
Mapa 2 – Região de fronteira (Corumbá-Puerto Quijarro)	26
Mapa 3 – Guerra da Tríplice Aliança	32
Mapa 4 – De Laguna a Nioaque e Miranda	46

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Análise Final da Seleção	68
Tabela 2 – Resultado das Inspeções, com as devidas porcentagens	69
Tabela 3 – Incapacidade para o Serviço Militar	69
Tabela 4 – Legenda para a Tabela 3	70
Tabela 5 – Efetivo de 2022/23	71
Tabela 6 – Contracheque, sem identificação do militar	72
Tabela 7 – Cálculo de valores recebidos pelos soldados recrutados	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

17° B Fron	– 17.º Batalhão de Fronteira
18ª Bda Inf Pan	– 18ª Brigada de Infantaria de Pantanal
18ª CIA COM	– 18ª Companhia de Comando
18º Pel PE	– 18.º Pelotão de Polícia do Exército
2º Ten	– 2.º Tenente
3º Sgt	– 3.º Sargento
4ª Bda C Mec	– 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada
4ª D C	– 4ª Divisão de Cavalaria
9ª RM	– 9ª Região
AD C DISP MIL	– Adicional de Compensação de Disponibilidade Militar
Aman	– Academia Militar das Agulhas Negras
BO	– Bolívia
BR	– Brasil
Cap	– Capitão
CAM	– Certificado de Alistamento Militar
CB	– Cabo
CBM	– Corpos de Bombeiros Militares
Cel	– Coronel
CEP	– Comitê de Ética em Pesquisa
CFB	– Constituição Federal do Brasil
Cia C 18ª Bda Inf Pan	– Companhia de Comando da 18ª Bda de Inf de Pantanal
CMDO	– Comando
CMO	– Comando Militar do Oeste
CPF	– Cadastro de Pessoa Física
CS	– Comissão de Seleção
CSFA	– Comissão de Seleção das Forças Armadas
CSM	– Circunscrição do Serviço Militar
CTTEP	– Capacitação Técnica e Tática do Efetivo Profissional
D	– Dom
DAC	– Diretoria de Assuntos Culturais
Del MS	– Delegacias do Serviço Militar
DF	– Distrito Federal

DGP	– Departamento Geral do Pessoal
DIM	– Diretriz de Instrução Militar
DN	– Distrito Naval
DPHCEx	– Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército
DSM	– Diretoria de Serviço Militar
DTCEAR-CR	– Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Corumbá
EB	– Exército Brasileiro
EDN	– Estratégia de Defesa Nacional
EGD	– Estratégia de Governança Digital
EP	– Efetivo Profissional
EV	– Efetivo Variável
FAB	– Força Aérea Brasileira
FAM	– Ficha de Alistamento Militar
FC	– Forte de Coimbra
FFAA	– Forças Armadas
Funceb	– Fundação Cultural Exército Brasileiro
Fusex	– Fundo de Saúde do Exército
GRAT LOC ESP A	– Gratificação de Localização Especial Alfa
Gu Esp	– Guarnição Especial
IGCCFA	– Instruções Gerais para a Coordenação da Conscrição
Igisc	– Instruções Gerais para Inspeção de Saúde dos Conscritos
IGTAEEx	– Instruções Gerais de Tiro com o Armamento do Exército
Iphan	– Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IIB	– Instrução Individual Básica
IS	– Inspeção de Saúde
JIS	– Junta de Inspeção de Saúde
JSM	– Juntas do Serviço Militar
Loc Esp A	– Localização Especial Alfa
LSM	– Lei do Serviço Militar
Maj	– Major
MB	– Marinha do Brasil
MD	– Ministério da Defesa
MFDV	– Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários
MS	– Mato Grosso do Sul

MT	– Mato Grosso
OFR	– Órgão de Formação da Reserva
OMA	– Organização Militar da Ativa
OSM	– Órgãos de Serviço Militar
PA	– Posto de Apresentação
PCD	– Posto de Controle de Dispensados
PCS	– Posto de Controle de Seleção
PDN	– Política de Defesa Nacional
PE	– Pernambuco
PGD	– Política de Governança Digital
PIM	– Programa de Instrução Militar
PIS/PEF	– Posto de Inspeção de Saúde/Posto de Exame Físico
PM	– Polícias Militares
PRM	– Posto de Recrutamento e Mobilização
PSC	– Programa Soldado Cidadão
PT	– Portugal
QTS	– Quadro de Trabalho Semanal
RA	– Registo de Alistamento
RJ	– Rio de Janeiro
RLSM	– Regulamento da Lei do Serviço Militar
Sanesul	– Saneamento de Mato Grosso do Sul
Sarex	– Serviço de Assistência Religiosa do Exército
Sebrae	– Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Serep	– Serviços de Recrutamento e Preparo de Pessoal
Sermil	– Sistema Eletrônico de Recrutamento Militar
Sermilmob	– Sistema Eletrônico de Recrutamento Militar e Mobilização
Simeb	– Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro
SMO	– Serviço Militar Obrigatório
SSMR	– Seção de Serviço Militar Regional
TC	– Tenente-Coronel
TFM	– Treinamento Físico Militar

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	A COMPREENSÃO DE FRONTEIRA E SUAS VÁRIAS FACETAS	21
2.1	Conceitos de fronteira	21
2.2	A Fronteira de Corumbá/BR com Puerto Quijarro/BO	25
3	CONTEXTO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO E A CONSOLIDAÇÃO DA TERRITORIALIDADE MILITAR NA FRONTEIRA OESTE	29
3.1	Chegada do Exército a MT e posteriormente a MS e instalação	31
3.2	O início da invasão de Mato Grosso pelas tropas paraguaias, pelas vias fluvial e terrestre	33
3.3	A heroica defesa do Forte de Coimbra (FC)	34
3.4	O sacrifício de Antônio João Ribeiro e seus comandados no posto militar de Dourados	38
3.5	A ocupação da Vila de Corumbá pelas tropas paraguaias	41
3.6	A expulsão dos inimigos do sul de Mato Grosso e a retirada da Laguna	43
3.7	A retomada de Corumbá	46
3.8	Corumbá e suas fortificações em combate às tropas militares paraguaias numa estratégia militar e, posteriormente, histórico-cultural	48
4	O SERVIÇO MILITAR INICIAL OBRIGATÓRIO COMO FERRAMENTA PARA CRIAÇÃO DE UMA MENTALIDADE DE DEFESA NACIONAL NA SOCIEDADE	52
4.1	Breve histórico do recrutamento no Brasil	54
4.2	O Serviço Militar Inicial Obrigatório hoje	55
4.2.1	Fases e características do Serviço Militar Obrigatório	58
4.2.2	Órgãos de Serviço Militar (OSM)	60
4.2.3	Diretoria de Serviço Militar (DSM)	61
4.2.4	Seção de Serviço Militar Regional (SSMR)	61
4.2.5	Posto de Recrutamento e Mobilização (PRM)	62
4.2.6	Plataforma Digital e Alistamento On-line	62
4.3	Recrutamento nas cidades de Corumbá/Ladário de 2022/2023: dos números às atividades	64
4.4	Legislação de referência do Serviço Militar Inicial Obrigatório	64
4.5	Análise e relatório das atividades da comissão de seleção das FFAA de Corumbá/Ladário – Classe convocada: 2004	66
4.6	Emprego da Diretriz de Instrução Militar – DIM (2023) – e o	

	Ano de Instrução 2022/2023	72
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
	REFERÊNCIAS	77

1 INTRODUÇÃO

O Recrutamento Militar Inicial Obrigatório ou Serviço Militar Obrigatório (SMO) é o meio pelo qual o Exército Brasileiro, fundamentando em Lei Federal – Art. 143 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Brasil, 1988) –, mantém seu efetivo de formação inicial para o efetivo profissional. O processo de recrutamento, em tempo de paz, começa no dia 1.º do mês de janeiro do ano em que o cidadão completa os 18 (dezoito) anos de idade e se prolonga até o dia 31 de dezembro, quando se completam os 45 (quarenta e cinco) anos de idade. Requisito básico: jovens do sexo masculino, brasileiro.¹

É o serviço prestado nas Forças Armadas (FFAA), diga-se Marinha do Brasil (MB), Exército Brasileiro (EB) e Força Aérea Brasileira (FAB) e compreende todas as atividades realizadas, com a Mobilização de Pessoal, no período de 12 meses, sob os encargos da Defesa Nacional (Brasil, 2023).

Para a compreensão do tema que hora se aborda, faz-se necessária a consulta de dois documentos essenciais que são: Lei do Serviço Militar – Lei n.º 4.375, de 17 de agosto de 1964 – e seu devido Regulamento – Decreto n.º 57.654, de 20 de janeiro de 1966.

Por se tratar de um procedimento obrigatório a todo cidadão, a sua exiguidade acarreta prejuízo para o cidadão, tais como: obtenção de passaporte ou prorrogação de sua validade; inscrever-se em concurso público ou tomar posse nele; obter carteira profissional ou obter profissões liberais; assinar contrato com o Governo Federal, estadual, dos Territórios ou municípios; ou deles receber quaisquer prêmios, dentre outros atributos.

Partindo deste princípio, as Leis de obrigação do Serviço Militar querem criar uma mentalidade de Defesa Nacional. Para tanto, a Política de Defesa Nacional (PDN) conjuntamente com a Estratégia de Defesa Nacional (EDN), instrumentos de Defesa brasileira, criaram onze requisitos basilares em dois documentos que trazem seus nomes e que estabelecem objetivos e diretrizes para o preparo da tropa na defesa nacional, envolvendo os setores militares e civis.

A PND fixa os objetivos da Defesa Nacional e orienta o Estado sobre o que fazer para alcançá-los. A END, por sua vez, estabelece como fazer o que foi estabelecido pela Política. Em comum, os documentos pavimentam o caminho para a construção da Defesa que o Brasil almeja. Uma Defesa moderna, fundada em princípios

¹ O processo de alistamento se dá por duas modalidades: on-line pelo *site* <https://alistamento.eb.mil.br/servico/jsm>, inclusive para os brasileiros residentes no exterior; e também presencial, que poderá ser feito por uma Junta de Serviço Militar mais próxima, consultando <https://alistamento.eb.mil.br/servico/jsm>.

democráticos, capaz de atender às necessidades de uma nação repleta de riquezas e inserida num mundo turbulento e imprevisível como o atual (Brasil, 2012, n.p).

Haja vista que o Brasil, mesmo vivendo em tempos de paz, não está isento de ataques ou ameaças externas. E, na contemporaneidade, muitos são os conflitos a emergirem. Há 2 anos, Rússia e Ucrânia se enfrentam, e o mundo se volta para aquela localidade acompanhando os desdobramentos de um conflito que envolve uma potência nuclear. No Oriente Médio, nota-se o processo de ocupação das forças israelenses sobre a Faixa de Gaza. As fricções entre EUA e China não dão mostras de arrefecimento. É sob esse cenário que o Brasil se insere, o que exige que o Exército esteja preparado e com condições de mobilização de efetivo.

Além disso, o Exército Brasileiro, consciente da necessidade de manter-se ao lado de todos os brasileiros, inclusive em áreas fronteiriças, faz-se presente nestes locais e, em contrapartida, serve-se da força e da mão de obra dos recrutados. Em vastas áreas fronteiriças do Centro-Oeste e do Norte do território brasileiro, a presença de atividades econômicas regulares é insuficiente para a dinamização das cidades de fronteira. Aonde o capital chega de forma mais lenta, por meio de efetivos militares e outras instituições públicas, dão suporte aos serviços e comércios locais. E, quanto menos o Estado e as suas instituições se fazem presentes nas faixas de fronteira, mais o crime organizado vai se fortalecendo.

Segundo o EB20-MF-10.103, Manual de Fundamentos do EB – Operações, “[...] as ações desencadeadas na faixa de fronteira visam a ampliar a capacidade do Estado em prover controle e segurança nessa porção de seu território, atuando no apoio aos órgãos governamentais [...]” (Brasil, 2014, pp. 4-23).

Feitas essas considerações iniciais, a pesquisa tem como objetivo principal apresentar a forma de ingresso dos jovens das cidades de Corumbá e Ladário, cidades fronteiriças (Brasil-Bolívia) nas fileiras do Exército Brasileiro, como Serviço Militar Obrigatório (SMO) pelo recrutamento, entendendo a procura livre destes jovens para o engajamento no Serviço que dura o período de oito anos, listando quais as reais motivações para tal, bem como a importância do Exército na Fronteira.

Arelado ao objetivo geral, estão os objetivos específicos que são: apresentar o processo de entrada dos jovens de Corumbá no Exército quando completados os 18 (dezoito) anos de idade, atendendo a obrigatoriedade imposta pelas Leis do Governo do Brasil; e identificar os objetivos pessoais e/ou familiares que levam os jovens a buscarem livremente o Serviço Militar Obrigatório - SMO diante de outras oportunidades de emprego.

A pesquisa que ora se apresenta visa a evidenciar a importância do SMO, prescrito na Constituição Brasileira, como ferramenta indispensável para desenvolver uma mentalidade de

Defesa, vivenciando as experiências militares em todos os âmbitos, na sociedade no imenso Brasil e mostrar que a Força tem sua credibilidade inerente aos métodos próprios usados, e que possibilitam a interação da sociedade com os assuntos da Defesa e com o Exército Brasileiro.

Neste sentido, demonstrando a importância da percepção comum entre a Defesa e a sociedade brasileira, a presente pesquisa poderá suscitar vias de outras ações estratégicas, tendo como guia o SMO.

O serviço militar obrigatório pode ser melhor direcionado para a obtenção desta mentalidade, sem se desviar de seus objetivos principais. Outro benefício seria o baixo custo destas implementações, tendo em vista que o serviço militar já está em pleno funcionamento e tende a perdurar por tempo indeterminado. Este trabalho ainda pode incitar outros estudos, a fim de reforçar esta mentalidade em outros públicos alvos, de forma a coordenar com as diversas outras atividades do EB direcionadas para o desenvolvimento da participação da sociedade na defesa do país (Barcellos, 2020, p. 12).

Em decorrência da necessidade de mostrar a importância da pesquisa, esta foi como norteadoras as inúmeras leituras de artigos que abrangem o tema, bem como obras bibliográficas. Os *sites* oficiais foram indispensáveis, uma vez que a maioria das portarias, decretos e manuais estão disponíveis neles, tais como: *site* do Governo Federal, Exército Brasileiro, *site* do Comando Militar do Oeste, *website* da 18ª Bda Inf Pan, *site* da Prefeitura Municipal de Corumbá, dentre outros; consultas e *download* no *site* da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus do Pantanal.

Foi realizada uma pesquisa de campo na ocasião das baixas (1ª e 2ª) do Serviço Obrigatório do ano 2022/2023 na Companhia de Comando da 18ª Bda Inf Pantanal e 18ª Companhia de Comunicações. Os resultados – respostas escritas e gráficos – não estão presentes neste trabalho pelo motivo de não aceitação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP):

- Uma vez que a realização de coleta de dados se deu anteriormente à submissão e análise por este comitê; - Considerando a ausência de TCLE, em pesquisa que, por sua natureza, não enseja tal dispensa; - O projeto necessita de análise de riscos, conforme o disposto na Resolução CNS 510/2016; Conclui-se que o projeto não está em condições de análise e aprovação por este comitê (UFMS, 2023, p. 4).

Não houve recurso. Mas para elucidar a pesquisa, concluiu-se necessário exporem algumas justificativas.

Foram elaboradas 13 questões a serem respondidas por 19 jovens que estiveram recrutados entre os anos de 2022/23, precisamente de fevereiro de 2022 a março de 2023, quando completado o SMO, na 1ª e 2ª baixa. No dia 13 de janeiro de 2023, aconteceu a 1ª baixa, e no dia 17 de fevereiro de 2023 a 2ª baixa, A-1. As aplicações da pesquisa aconteceram nos

auditórios da Companhia de Comando da 18ª Brigada de Infantaria de Pantanal (18ª Cia C) e 18ª Companhia de Comunicações, utilizando-se uma folha impressa e um lápis.

Seguem as conclusões: os 19 participantes têm as idades entre 18 e 20 anos e são oriundos da cidade de Corumbá-MS (18 participantes) e Ladário (1 participante). Todos adentraram às fileiras do EB no ano de 2022 e foram voluntários para tal, sem obrigatoriedade, por querer da família. No espaço destinado a “motivo”, 1 participante descreveu: “Era um sonho desde criança”. Quanto ao desejo da família no ingresso ao SMO, 18 participantes disseram que a família era “a favor”, 1 participante marcou que não. As atividades desenvolvidas durante o ano de recrutamento foram: prevenção de fogo no Bioma Pantanal, auxiliar de saúde, pedreiro, pintor, motorista, cozinheiro, eletricista, entre outros. Alguns dentre eles chegaram a fazer cursinhos acadêmicos no mesmo período. Como parte da formação, eles tiveram palestras sobre a Valorização da Vida e assuntos relacionados a temas da moral e religião. Numa pergunta que se denominava “Você recomendaria o SMO do Exército para outros jovens: não/sim”, sobre a confiabilidade do Exército na recomendação a outros jovens, 100% dos participantes responderam que recomendariam. Ao fim, foi perguntado se eles se sentiriam qualificados para o mercado de trabalho e se já tinham emprego certo lá fora, e as respostas foram positivas, em porcentagem foi de 100%. Respostas totalmente satisfatórias.

Quanto à estrutura desta dissertação, organizou-se na seguinte sequência: primeiramente, redigiu-se uma seção para expor as diversas concepções acerca do conceito de fronteira, com seus diversos entendimentos. A geolocalização das cidades de Corumbá e Ladário e as cidades conurbadas estiveram presentes de forma explicadas e por meio de mapas. A cidade de Corumbá teve destaque por ser considerada a “capital” do Pantanal e abrangente das atividades militares.

Depois, na seção seguinte, foi apresentada a história da formação do Exército Brasileiro, desde as capitânicas hereditárias até os dias atuais. Faz-se necessário conhecer as raízes para compreender os resultados que hoje se despontam. Tal história culmina na presença do EB em Mato Grosso e posteriormente em Mato Grosso do Sul, com a divisão de estados em 11 de outubro de 1977. Nesta região, o Exército já havia sido utilizado para combater, entre várias batalhas, a mais famosa, a Guerra da Tríplice Aliança ocorrida entre dezembro de 1864 a março de 1870, envolvendo Brasil, Uruguai e Argentina em confronto com o Paraguai e finalizando com a derrota deste.

Na seção que antecede às considerações finais desta pesquisa, foi demonstrada a forma de recrutamento nos dias atuais, compreendendo todas as fases do processo e evidenciando todos os órgãos responsáveis por tais atividades. Um olhar especial foi dado para as subseções

4.3 “Recrutamento na cidade de Corumbá-Ladário no ano de 2022/2023: dos números às atividades”; 4.5 “Análise e relatório das atividades da comissão de seleção das FFAA de Corumbá-Ladário – Classe convocada: 2004”; e, por fim, a subseção 4.6 “Emprego da Diretriz de Instrução Militar (DIM, 2023) e o Ano de Instrução 2022/2023”.

2 A COMPREENSÃO DE FRONTEIRA E SUAS VÁRIAS FACETAS

O conceito de fronteira – ou os conceitos – ganhou forma dentro de um percurso de tempo e espaço da história da humanidade. Não tão distante de nossa época, foi sendo desenvolvido na medida em que iam surgindo os Estados-Nações.

Diante da complexidade do conceito de fronteira, importantes autores trazem grandes contribuições para a sua compreensão.

2.1 Conceitos de fronteira

Para Claude Raffestin (1993), autor da obra *Por uma geografia do poder*, limite e fronteira são conceitos entrelaçados, sendo que o limite “[...] é uma classe geral, um conjunto cuja fronteira é um subconjunto” (Raffestin, 1993, p. 166). Não existe, promulga o autor, limite sem conotação política, uma vez que fronteira é parte dele.

Na verdade, a fronteira se insere numa categoria particular, pois os Estados-nação tornaram-na como um sinal, no sentido pleno e próprio do termo. Como tal, a fronteira é manipulada como um instrumento para comunicar uma ideologia. [...] Quando a fronteira se tornou um sinal? Tornou-se um sinal quando o Estado moderno atingiu um controle territorial ‘absoluto’ e tornou unívoco a mensagem fronteira = limite Sagrado (Raffestin, 1993, p. 166).

Com o avanço da história e, portanto, com o surgimento de Estado moderno, um novo elemento ajuda a compreender a fronteira como uma organização e um instrumento de representação: o mapa; este “[...] é o instrumento ideal para definir, delimitar e demarcar a fronteira” (Raffestin, 1993, p. 167).

Miguel Seabra (2012), ao analisar o conceito de fronteira, numa perspectiva da Geopolítica, descreveu a ótica de Ancel (1879-1942) no trabalho apresentado ao Instituto de Estudos Superiores Militares intitulado *Conceito de fronteira: uma abordagem multifacetada*. Essa análise foi apresentada por Miguel Seabra (2012), após uma série de abordagens de autores renomados na Geopolítica como: “Friederick Ratzel, Rudolf Kjellen, Karl Haushoffer, Jacques Ancel, Alfred Mahan, John Mackinder, ou Nicholas Spykman” (Seabra, 2012, p. 5).

Escreve Seabra (2012):

Outro autor que merece referência é Ancel² (1879-1942), que publicou *Geographie des Frontières* (1938, cit. por Cataia, 2011, p. 13), onde questiona a visão puramente cartográfica e natural das fronteiras. Considerava que os elementos naturais não bastavam por si só para configurarem as fronteiras, por serem apenas referências que podiam ou não ser adotadas, de acordo com a dinâmica social e a correlação de forças, entre as partes envolvidas. Deste modo, a noção de fronteira resultava do equilíbrio de forças entre sociedades diferentes, sendo, na terminologia por si proposta, isóbaras políticas, passíveis de alteração, conforme a história dos países. As fronteiras teriam um caráter transitório, passível de ser modificado quando ocorresse variação do equilíbrio (Seabra, 2012, p. 6).

E para bem caracterizar cada tipo de fronteira, levando em consideração que o uso da cartografia era insuficiente para bem classificá-la, Ancel propôs quatro tipos de fronteiras, quais sejam, segundo Seabra (2012),

[...] fronteira plástica – a que resultava do equilíbrio de forças e se moldava sobre dois povos, tendo um valor relativo; fronteira moderna – para as situações em que as fronteiras-zonas foram substituídas pelas lineares; fronteira física – a que foi concebida para ser vencida pelo homem; fronteira humana – a produzida pelas sociedades (Seabra, 2012, p. 8).

Todas essas definições estão em pleno acordo com a percepção do EB, a respeito do tema ora proposto, aqui numa descrição minuciosa.

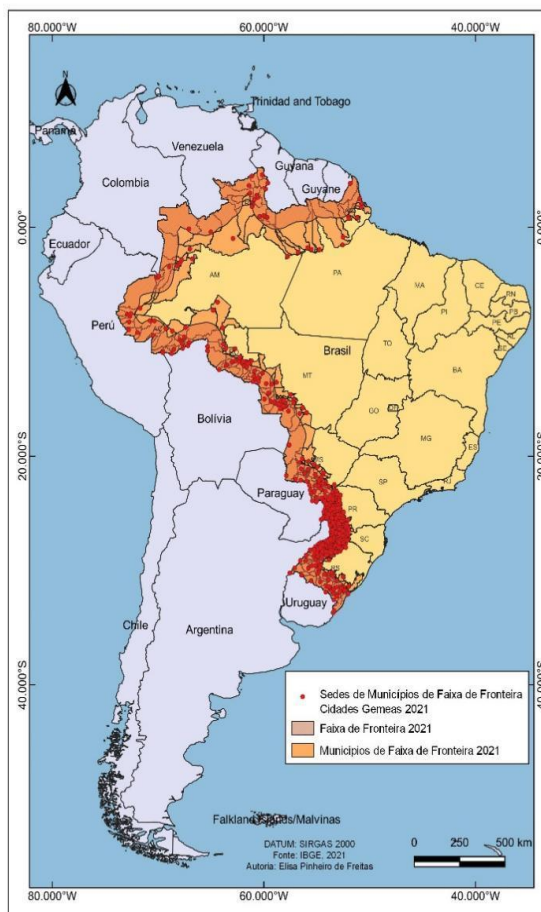
Também no Brasil, autores de livros, artigos e pesquisadores debruçam-se sobre o tema da fronteira e suas variantes. A seguir, serão apresentadas definições e interpretações a respeito do tema que direcionaram o trabalho da pesquisa.

A definição de fronteira na Constituição Federal do Brasil (Brasil, 1988) é conceituada como uma “faixa de fronteira”, espaço de controle de livre acesso; como promulga no seu art. 20, parágrafo 2.º, a fronteira compõe espaço “[...] de até cento e cinquenta quilômetros de largura ao longo das fronteiras terrestres [...] considerada fundamental para a defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas por lei” (Brasil, 1988).

Para melhor aproveitamento da demonstração de fronteira pela Constituição Federal do Brasil, faz-se necessário expor o Mapa 1, de Elisa Pinheiro de Freitas (2022), no qual é apresentada a faixa de fronteira:

² Jacques Ancel viveu entre os anos de 1879 a 1942. Foi um geógrafo e geopolítico francês; autor de vários livros, entre eles a obra *Geographie des Frontières*, citada neste trabalho.

Mapa 1 – Faixa de Fronteira



Fonte: Freitas (2022)

No Mapa 1 acima, pode-se perceber a extensa fronteira que o imenso Brasil abrange, bem como seu limite terrestre com nove países da América do Sul: Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname, e com o departamento Ultramarino Francês da Guiana, compondo assim uma extensão de 16.886 quilômetros, sem levar em conta dos 7.367 quilômetros marítimos.

No artigo intitulado *Fronteira e território: considerações conceituais para a compreensão da dinâmica do espaço geográfico*, escrito por Aline Lima Rodrigues (2015), lê-se:

Na Constituição Federal, a fronteira é a delimitação do Estado Nacional, ou seja, espaço de atuação e jurisdição do Brasil, compreendendo o território como área de apropriação e dominação, definido por fronteiras historicamente estabelecidas.

Nessa concepção, território e fronteira não ocorrem separadamente (Rodrigues, 2015, p. 3).

Luís Duarte (2012), desbrava o conceito de fronteira nas obras de Gilles Deleuze e Severo Sarduy. No pensamento de Sarduy, utilizando aqui os escritos de Luiz Duarte – o conceito de fronteira em Deleuze e Sarduy –, e os fundamentados na filosofia contemporânea, sobretudo em *Nietzsche e a filosofia* (1962), *Espinoza e os signos* (1970), *Mil platôs* (1980) e *O que é a filosofia?* (1991), abrange várias vertentes. Atendo-nos às proposições de Deleuze “[...] fronteiras são construções” (Duarte, 2012, p. 17).

Pessoas que vivem em região de fronteira, naturalmente, constroem processos civilizatórios e, historicamente, vivem uma mutação constante. Ou seja, transformações acontecem naturalmente. “Fronteiras são sítios da exacerbação e do excesso, onde limites são ultrapassados, novas dimensões descobertas, e reordenamentos encaminhados” (Duarte, 2012, p. 18). Toda fronteira, e nesta de Corumbá/BR-Puerto Quijarro/BOL não é diferente, passa por excessos de ocorridos: rupturas, conflitos; enfim, situações que existem posicionamentos dos seus habitantes. “Na terra onde tudo está por ser feito a regra é o imprevisto do espadachim, a bricolagem do pensamento selvagem” (Duarte, 2012, p. 18). “Fronteiras são exterioridades: resultados expressivos” (Duarte, 2012, p. 18). “Fronteiras são lugares de deslizamento” (Duarte, 2012, p. 19), o surgimento de demarcação de espaço e limite. “As fronteiras são zonas cinzentas, onde os contornos são mal definidos, a separação e a ligação dos campos opostos se fazem sem vergonha [...] impõem o método das linhas de fuga ou da divergência das formações” (Duarte, 2012, p. 19). São realizações para além das abstrações: ver linhas ao invés de ver pontos; caminhos em vez de cercas; “O método da fronteira é o da construção cartográfica (construir mapas é se propor ao registro aberto, relacionado, reversível, arbitrário, múltiplo, político)” (Duarte, 2012, p. 19). Enfim, “[...] a fronteira é o lugar onde se produz a arte da contra conquista” (Duarte, 2012, p. 20).

Dentre variáveis interpretações a respeito do que venha a ser a concepção de fronteira, Costa (2009, p. 62) faz a reflexão sobre território, territorialidades e fronteira. Assim, “território” demarca o espaço “[...] físico dotado de recursos naturais e materiais delimitados política e culturalmente” (Costa, 2009, p. 62), tendo como fator predominante as demandas de gestores e segmentos sociais. “O Território é resultado das relações humanas – sociais, culturais, mas fundamentalmente políticas – sobre um aspecto físico que se modifica e é modificado pela sociedade” (Costa, 2009, p. 65); a “territorialidade”, por sua vez, é compreendida como “[...] uma ação individual de um grupo, uma empresa ou um Estado sobre determinado espaço geográfico impondo suas vontades, suas virtudes” (Costa, 2009, p. 65).

Diferentemente de território, a territorialidade é uma interpretação a partir do domínio físico, apesar de estarem ligados entre si, pois a “[...] territorialidade é uma ação própria do território, enquanto este é o resultado das ações dos seus atores endógenas em conformidade com as territorialidades exógenas” (Costa, 2009, p. 65). Por fim, cabe salientar a concepção de “fronteira”, a partir do escrito de Edgar Costa. Para o autor, este termo tem uma vasta interpretação desde os franceses e os americanos, até o século XX, com a chegada do termo no Brasil, partindo da política do governo Vargas. Existe, no entanto, “[...] muita confusão em torno do conceito pelo fato desta palavra ter assumido certa polissemia que lhe foi imposta, fundamentalmente na língua portuguesa” (Costa, 2009, p. 66). Segundo Nogueira (2005 apud Costa, 2009), o termo fronteira terá três visões diferentes de quem a vê:

- a) *fronteira controlada*, vista pelo Estado e alimentada pelo controle de quem entra e quem sai pela vigilância civil e militar do território;
- b) *fronteira percebida*, própria da sociedade do interior, bastante motivada pela ideologia do Estado-Nação, de como ele percebe a fronteira; e,
- c) *fronteira vivida*, com significado para a sociedade que está na fronteira (Costa, 2009, pp. 67-68, grifos no original).

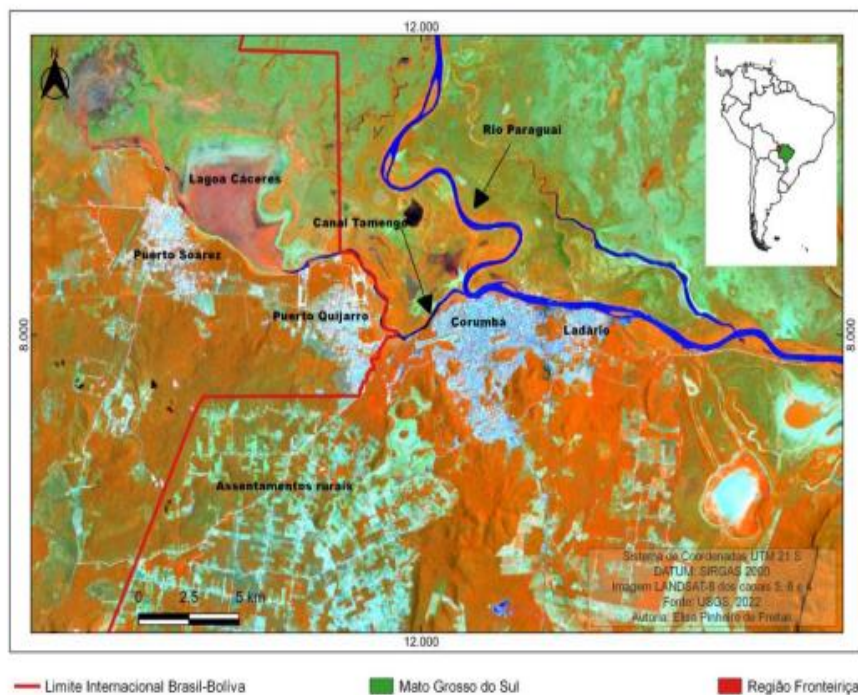
Os termos território, territorialidade e fronteira, aqui citados e comentados, entrelaçam-se e se complementam quando vistos com a lógica da agregação, sem estarem confusos entre si.

Para todo fim, fronteira é esta mescla de progresso e retrocessos, limites que cruzam a infinitude da criatividade humana em observância às necessidades de seus moradores. Neste sentido, a presença do Exército acrescenta uma dinamização maior quando, agregando pessoas às suas atividades diárias, traz segurança, aumenta a confiança de sobrevivência, faz crescer a economia e preserva valores e ideias na sociedade local. Sem mencionar na finalidade última: a preservação das ameaças além-fronteiras.

2.2 A Fronteira de Corumbá/BR com Puerto Quijarro/BO

Para melhor compreensão do território fronteiro da região de Corumbá/BR e Puerto Quijarro/BO, faz-se necessário demonstrar o Mapa 2 que segue, da geógrafa Elisa Pinheiro de Freitas (2022):

Mapa 2 – Região de fronteira (Corumbá-Puerto Quijarro)



Fonte: Freitas (2022)

A fronteira da capital do Pantanal tem histórias e culturas riquíssimas. A seguir, serão detalhados pontos que são considerados relevantes para a compreensão da fronteira.

Segundo Gorga (2020), Corumbá “[...] está na região do Prata e liga-se, ao norte, com Mato Grosso (MT). Por sul, via Rio Paraguai, a Cidade Branca liga-se com o Paraguai e, ainda, com a Argentina” (Gorga, 2020, p. 28).

Pela denominação “Cidade Branca”, entende-se sua geolocalização assentada sobre uma formação de calcário, e por isso a cor clara dada às terras. Também conhecida por “Capital do Pantanal” por abrangê-lo em sua zona urbana do território e atingir 60% da mesma região. Dentre outros cognomes, a cidade de Corumbá também é conhecida como “Cidade Portuária”, por haver grande importância, sobretudo em tempos passados, o Porto localizado no Rio Paraguai.

Quanto à sua criação, fica datada no ano de 1778, festa de ereção comemorada no dia 21 de setembro. Na descrição de Oliveira, Kukiél e Silveira (2019), a cidade de Corumbá

[...] possui 104.317 habitantes e fica localizada a 420 km da Capital, Campo Grande, numa área total de 64.960,863 km², o que representa 18,19% da área do Estado de

Mato Grosso do Sul, abrigando cerca de 60% do Complexo Pantanal, uma planície inundável de vasta biodiversidade com fauna e flora exuberantes, com suas tipografias de vegetação do cerrado, sendo o bioma brasileiro mais preservado, apesar da criação de gados que é uma importante atividade econômica para a região, aliadas as atividades turísticas (Oliveira; Kukiel; Silveira, 2019, p. 3).

Outro dado importante é a descrição feita pelo Sebrae/MS (2017) a respeito do desenvolvimento da cidade de Corumbá na cartilha *Mapa de Oportunidades no Município de Corumbá*: “A ocupação da região teve início ainda no século XVI quando, com a expectativa de encontrar ouro, a área do atual município foi explorada pelos portugueses, que começaram a chegar em 1524” (Sebrae/MS, 2017, p. 7).

De clima quente, a cidade de Corumbá expressa sua alegria em movimentos culturais e religiosos, a saber: logo no início do ano, acontece o tradicional carnaval de rua; no meio do ano, há uma grande concentração de pessoas subindo e descendo a ladeira do Porto com a festa do Banho de São João; e, por fim, o Dia 7 de setembro, com os desfiles que dão espaço às Forças Armadas (FFAA) e Forças Auxiliares.

Oliveira (2009) traz um conceito importante para compreensão da fronteira ora tratado neste trabalho: “A região possui uma semiconurbação entre as cidades brasileiras de Corumbá e Ladário com as cidades bolivianas de Puerto Suares e Puerto Quijarro – um exemplo de integração com fortes assimetrias e porosidades” (Oliveira, 2009, p. 32). O termo semiconurbação descreve a integração e proximidade entre as cidades.

Partindo destas ricas concepções, demonstrações e contextualização do termo fronteira, cabe levantar uma abordagem sobre a presença e a importância do Exército na Fronteira Brasil-Bolívia.

Numa primeira concepção, a fronteira é um local apropriado para a existência das Forças de Segurança Nacional. Sua concepção é de que, mesmo em tempo de paz, o Exército deve estar em prontidão para manter seus pilares em condições de ação: garantia da Lei e da Ordem, nacional e internacional. Ou seja, manter a paz dentro de seu País e de possível ameaça externa.

Numa segunda concepção, a presença do Exército na fronteira Brasil-Bolívia coíbe inúmeros crimes e delitos. Prova disto pode-se perceber nas Operações – propriamente a Operação Ágata, em seus diversos níveis – que acontecem na região e que são assediadas pelos seus militares. Nesta contenção destes crimes estão os de tráfico de drogas, clandestinidades em mercadorias, tráfico de pessoas e de animais vulneráveis, portes ilegais de armamentos, dentre outros. Menciona-se também como uma presença de manutenção. Ou seja, fazendo com que a cidade viva em harmonia com o ambiente: preservação do bioma Pantanal, conservação e melhoria do tráfego fluvial, aéreo ou mesmo terrestre.

Em termos militares, fronteira é base de desenvolvimento e controle geopolítico. Oportunamente, dentro das FA, trata-se de fronteiras – em todo o território brasileiro – como protagonismo de territorialidade preservada, uma vez que nelas se desenvolvem atitudes que demonstram a potencialidade e o poder bélico. A fronteira é território de oportunidade para desenvolver mentalidade nacionalista. Nesta mentalidade, encontram-se o desenvolvimento das atividades locais: atividades de controle de tráfico, intimidação da circulação das drogas e do comércio ilegal dos produtos de consumo, desenvolvimento econômico, dentre outras iniciativas de nível local com reflexo para a nacionalidade. Há cursos militares nas fronteiras – por exemplo, Corumbá tem o curso de Guerreiros do Pantanal; na Amazônia o curso de Guerra na Selva – que preparam homens combatentes na função de preservação dos biomas Pantanal e Selva.

Para o entendimento da presença do Exército na fronteira, faz-se necessário conhecer a história e sua atual consolidação. O objeto de direcionamento da Defesa Nacional esteve sempre presente nas fronteiras para contenção do território nacional. Isso se dará na seção seguinte, ao analisarmos, ainda que em curta trajetória, a criação, edificação e consolidação do Exército. Alguns pontos são necessários para demonstrar a atuação da Força no local (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) que será o foco da pesquisa.

3 CONTEXTO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO E A CONSOLIDAÇÃO DA TERRITORIALIDADE MILITAR NA FRONTEIRA OESTE

O Exército Brasileiro (EB) como organização institucional, ainda sem muita definição precisa, está pautado na chegada de 600 homens voluntários vindos de Portugal (PT) sob o comando de Tomé de Souza, governador-geral, na província brasileira chamada Bahia, no ano de 1549.

Logo depois, por volta do fim do século XVI, já se tem um avanço de como os bandeirantes almejavam bandeiras e já nomeavam, eles próprios, seus capitães, que comandavam as tropas sem muita ordem real.

No século XVII, expõe Gustavo Barroso (2019), “[...] Torna-se maior o interesse da metrópole pelo país, pois a ambição de outras nações colonizadoras faz com que se pense mais na defesa do Brasil” (Barroso, 2019, p. 15).

Eurípedes Simões de Paula (1962) descreve muito bem este século, ou início das atividades militares mais intensamente:

No século XVII começaram a aparecer as primeiras tropas organizadas de que temos notícia na nossa história. Portugal procura fortalecer a sua colônia e aparecem os primeiros terços de brancos, índios e pretos. O terço era então a unidade tática por excelência, vencedora que fora das hostes e mesnadas medievais na Península Ibérica. Esse terço, organizado pelo espanhol Gonçalo de Córdoba grangeou-lhe grande fama como capitão. O terço possuía 10 companhias de 100 homens cada uma, comandadas por um capitão. Dirigia o terço um mestre de campo secundado por um sargento-mor e um ajudante. As primeiras companhias usavam chuços e chifarotes, as últimas carregavam mosquetes. Os oficiais tinham espadas e os sargentos cabos, piques ou alabardas (Paula, 1962, p. 58).

A Bahia, onde acontece o foco da chegada dos portugueses, tem uma relevância maior com a construção dos fortes que cercavam o côncavo baiano. Seria a maior força armada do Brasil como descreve Gustavo Barroso:

A guarnição da Bahia contava ainda um batalhão de artilharia com seis companhias, comandado por um tenente-general, tendo como oficiais um condestável, um sargento-mor, um ajudante, seis capitães e tenentes; e dois regimentos de infantaria com o total de 1.500 homens (Barroso, 2019, p. 18).

No avanço da história, já no século XIX, surge, em forma de decreto, mais uma reorganização do Exército, com o Alvará de 21 de fevereiro de 1816, do Príncipe Regente Marquez de Aguiar, desde o Palácio do Rio de Janeiro. O artigo I – Organização do Exército, no §1.º, dispõe:

§ 1.º O Exército será composto: de 1 General em chefe, que o comandará; de Tenentes Generaes; de 16 Marechaes de Campo; de 24 Brigadeiros; de 62 Officiaes de Estado Maior; de Ajudantes de Ordens ou de Campo; de 1 Corpo de Engenheiros ; de 24 Regimentos de Infantaria; de 12 Batalhões de Caçadores; de 12 Regimentos de Cavallaria; de 4 Regimentos de Artilharia; de 1 Batalhão de Artífices Engenheiros; de 4 Companhias de Artilheiros Conductores; de 1 Companhia de Guias; e do Estado Maior das Praças (Planalto, 1816, n.p.).

Vale salientar que o decreto está datado e assinado desde a cidade do Rio de Janeiro. Isso acontece uma vez que o conde da Cunha (1763-1767) transferiu a sede do governo da Bahia para o Rio de Janeiro.

Aqui já se pode perceber uma estrutura bem semelhante à estrutura dos dias atuais: composição de Estado Maior, organização dos regimentos – Regimento de Infantaria, Batalhão de Caçadores, Regimento de Cavalaria, Regimento de Artilharia, Engenharia; bem como composição de brigadas, guarnições e companhias; organização de soldos – salários – e gratificações; despesas do quartel; tempo de serviço na ativa; fardamentos e armamentos, dentre outros quesitos necessários. Um dado importante é destacado por Paula (1962):

Em 1816 foi baixado um decreto real pelo qual o Exército Brasileiro foi reorganizado, recebendo fardamento e distintivos novos, sendo conservados alguns corpos que a tradição fez manter, como por exemplo a unidade dos Henriques (Paula, 1962, p. 65).

Um dado relevante para nosso trabalho, bem próximo aos dias atuais, é narrado por Eurípedes de Paula (1962):

Na época real o recrutamento das praças era feito de três maneiras: o recruta pego à força, que servia 16 anos; o voluntário que prestava 8 anos de serviço e o semestreiro, geralmente filho de lavradores ou de gente abastada, que servia 6 meses no primeiro ano em que sentasse praça e três meses em cada ano dos sete seguintes. Os milicianos, terminado o seu tempo de serviço, deviam conservar o uniforme e o armamento pelo tempo que passassem na tropa, estando sempre em condições de serem convocados para o serviço ativo. Depois de 25 anos de permanência na ativa e na reserva, ficava o miliciano com direito ao armamento e às peças do uniforme que tivesse recebido do governo (Paula, 1962, p. 64).

Estamos no contexto da migração da família real portuguesa para o Brasil em 1808, onde o Príncipe Regente, já na nova capital provisória do Império Português, procura reorganizar e elevar as forças da colônia à categoria de Reino. Pode-se encontrar uma preocupação maior não somente com os arsenais de guerra, mas com a formação de escola militar, a exemplo da que se chama hoje Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), situada na cidade de Resende-RJ.

Dando um salto na conflituosa e magnânima História do Brasil, e dentro dela a formação do Exército Brasileiro, surge a Proclamação da Independência, em 1822.

Um dos eventos provocantes deste momento emblemático brasileiro foi a chegada da família real ao Brasil em 1808, vindo fugida das tropas francesas que invadiram Portugal. O Brasil seria a grande nação-refúgio desta família. E, consequência disso, D. João VI, rei de Portugal, possibilita ao Brasil crescer no ramo econômico e comercial, culminando em sua Independência.

Com a Proclamação da Independência, diferentemente do que muitos pensam, não foi um ato pacífico por parte grande da população do Brasil. Algumas regiões, como Pará, Bahia e Maranhão, tiveram resistência quanto à Independência. “Aconteceram campanhas militares nessas localidades, e os combates contra as forças que não aderiram à independência estenderam-se até 1824” (Silva, s.d., n.p.). O que foi descrito por Paula (1962) como

[...] o mais importante documento militar do 1.º Reinado foi o decreto de 1.º de dezembro de 1824, pelo qual o Exército Brasileiro foi organizado como exército de 1ª e 2ª. linha, acabando assim com as formações irregulares, fragmentárias, que vinham da época colonial e real (Paula, 1962, p. 68).

Esta informação é complementada por Daniel Neves Silva, demonstrando a debilidade na estrutura militar da época: “Para obter tantas vitórias militares em território nacional, Dom Pedro I não tinha condições de organizar um exército que pudesse cumprir todos esses expedientes” (Silva, s.d, n.p.).

Quanto a este período, Chris Bueno (2022) chega a dizer que o Dia 7 de setembro não consolidou a Independência do Brasil, tampouco foi processo homogêneo, pacífico e definitivo.

Entre os anos de 1822 a 1831, o Brasil passa pelo período do Primeiro Reinado – anos iniciais da Independência –, tornando-se assim monarquia, a única da América Latina, e foi governada por D. Pedro I.

3.1 Chegada do Exército a MT e posteriormente a MS e instalação

A criação do estado atual de Mato Grosso do Sul (MS) tem sua história desmembrada do estado de Mato Grosso (MT). Portanto, faz-se necessária uma alusão, mesmo que breve, à história do primeiro estado, de onde foi desmembrado Mato Grosso do Sul.

O que hoje se chama Mato Grosso já foi terra dos espanhóis – primeiras excursões em 1525; posteriormente, dos portugueses e espanhóis, atraídos pelas riquezas das terras mato-grossenses e, ainda, dos jesuítas com suas primeiras missões naquela região.

Assim, “[...] com a independência do Brasil em 1822, passou a ser a Província de Mato Grosso, e com a República em 1899, a denominação passou a estado de Mato Grosso” (Governo de Mato Grosso, 2018, n.p.).

Fatos relevantes aconteceram no estado de Mato Grosso, antes da divisão em dois estados, em 11 de setembro de 1977, que envolveram o Exército Brasileiro. Estes eventos aconteceram durante a Guerra da Tríplice Aliança (Mapa 3), que durou o período de 5 anos, entre os anos de 1864 e 1870, sendo provocada pelo governo do Paraguai e que envolveu o Brasil, a Argentina e o Uruguai, daí o nome Tríplice Aliança. Para a Guerra do Paraguai, houve motivos – acreditam-se os estudiosos do assunto – econômicos e políticos dos diferentes países da bacia Platina.³ Esta guerra foi finalizada com a morte do presidente do Paraguai, o senhor Marechal Francisco Solano Lopez, em Cerro-Corá, e teve como saldo um número de mortos entre 130 e 300 mil.

Mapa 3 – Guerra da Tríplice Aliança



Fonte: Macedo (s.d.)

3.2 O início da invasão de Mato Grosso pelas tropas paraguaias, pelas vias fluvial e terrestre

³ A bacia Platina é formada por rios localizados nos seguintes países: Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai. É uma importante bacia de integração entre esses territórios, além de abastecer milhões de pessoas com água e alimentos – peixes e irrigação agrícola. Mais de 40% dessa bacia está em solo brasileiro, o que torna nosso país figura importante no cuidado e na preservação dos rios que a formam (Brasil Escola, s.d.).

O contexto da invasão do sul de Mato Grosso está datado de quase um ano após a articulação militar do Paraguai à Argentina, em 14 de dezembro de 1864, quando foram enviadas duas expedições articuladas – uma naval, outra terrestre – contra o sul da província mato-grossense. Entre os analistas do assunto, surge um questionamento a respeito do envio das tropas para o norte – Mato Grosso – e não para o sul, em direção ao Uruguai, para apoio ao governo oriental. Seria uma “conquista permanente” ou uma “momentânea diversão” em favor dos orientais, assinala Mário Maestri (2015), ao contextualizar o pesquisador prussiano Louis Schneider (Maestri, 2015, p. 105).

O sul da província mato-grossense não era de fácil acesso por terra. As melhores vias de chegada eram os rios Paraná e Paraguai, conforme explicou Freitas (2017, p. 19).

Os preparativos para a possível guerra chegaram em 10 de outubro de 1864 em Cuiabá, atual capital de MT. Era um aviso, vindo diretamente do Paraguai, como possível ameaça surpresa contra o sul da província mato-grossense, como descreve Mário Maestri (2015):

Em 10 de outubro, aviso sobre provável ataque chegara a Cuiabá, pelo vapor Corumbá, desde Montevideú, enviado em 20 de setembro de 1864, pelo visconde de Tamandaré, comandante da armada imperial no Prata, e César Sauvan Vianna de Lima, ministro imperial residente em Asunción (Maestri, 2015, p. 107).

Tendo recebido o aviso-surpresa de possível invasão, o comandante provincial preparou-se imediatamente com armas, canhões e tropas para o reforço do sul de Mato Grosso, diga-se aqui, os conflitos em áreas hoje de Mato Grosso do Sul. Quanto ao efetivo que dispunha a província de Mato Grosso, segue a descrição:

A Guarda Nacional mato-grossense dispunha de 170 oficiais e uns 5.700 praças, 4.600 no serviço ativo e 1.100 na reserva. A tropa de primeira linha era de 1.415 soldados. Portanto, mais de seis mil soldados! Com alguma disposição, armariam-se alguns milhares de paisanos e sobretudo nativos (Maestri, 2015, p. 108).

Quanto à armada inimiga, atacante do território brasileiro, não era um número desprezível, pois navegavam “[...] com 150 marinheiros e aprendizes [...]. Pequenos barcos podiam ser artilhados” (Maestri, 2015, p. 108). Ainda mais, na província de Mato Grosso, não era uma população marcada por interesse em preservar o território local, ao que podia fugir para preservar a própria vida, ou seja, era uma comunidade pouco apta à defesa do território. Quando possível, seguiam “mato a dentro” para não se renderem às armas. Portanto, não era fácil o recrutamento de soldados – pagos – para empunharem armas; estes eram considerados desprezíveis, e “[...] os soldos atrasavam-se; o tratamento era duro; a comida, alojamento, fardamento, etc., precários. A disposição e capacidade bélica da tropa era mínima” (Maestri, 2015, p. 108).

3.3 A defesa do Forte de Coimbra (FC)

O Forte de Coimbra está situado no município de Corumbá, atual estado de Mato Grosso do Sul. No entanto, na época de sua fundação, o Forte pertencia ao estado de Mato Grosso, antes do desmembramento. Cláudio Bento (1975), Coronel do Exército, historiador militar e jornalista relata:

Em 13 de setembro 1775, após 5 meses de viagem desde Vila Bela (atual cidade estado de Mato Grosso), o Capitão Mathias Ribeiro da Costa fundou, no estreito São Francisco Xavier, na margem direita do médio Paraguai e, sob a forma de uma estacada – o Presídio de Nova Coimbra, origem do atual Forte de Coimbra (Bento, 1975, p. 3).

Cabe ressaltar que “presídio”, de que se fala acima, era o mesmo que “fortificação” no entendimento da época. E esse presídio ainda não se tratava de uma fortificação permanente. A autorização para a construção do Forte foi do Governador da capitania de Mato Grosso, D. Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cárcere (Guimarães, 2013, p. 3). Segundo este mesmo autor, o objetivo do FC era “[...] conter o avanço dos espanhóis e as incursões de índios habitantes daquelas regiões, como os temidos guaicurus” (Guimarães, 2013, p. 3).

Descreve Cláudio Bento (1975):

Em 6 de janeiro 1778, um grupo de índios guaicurus trucidou, fora do Presídio de Coimbra, 54 homens de sua guarnição, enquanto estes, como parte de uma armadilha, confraternizavam com as índias que integravam o grupo indígena. A saída do Presídio, de 54 soldados desarmados, atendendo a pedido dos índios, para que suas mulheres não fossem assustadas pelas suas armas, facilitou o massacre. A um assobio de um cacique, o grupo indígena lançou-se com fúria assassina sobre os defensores de Coimbra, que caíram na armadilha. Eles foram trucidados com auxílio das índias que, pouco antes, lhes davam amor. Sobreviveu ao trucidamento somente um grupo muito pequeno de homens de Coimbra, que não deixará a proteção de suas estacadas para ceder as tentações das índias (Bento, 1975, p. 6).

As hostilidades entre os guaicurus e os militares perduraram por volta de 11 anos, até que, “[...] por volta de 1789, o Major Engenheiro José Joaquim Ferreira, comandante de Coimbra, conseguiu pacificar a nação Guaicurus e com ela celebrar um tratado de aliança e união perpétuas” (Bento, 1975, p. 7). Aqui, reina a paz entre militares e nação Guaicurus, causando mais uma vez uma “tropa amiga” dos militares. A eles, foram edificadas memórias para lembrar do grande serviço militar na definição e edificação das fronteiras do Oeste brasileiro, a exemplo da 4ª Divisão de Cavalaria, Brigada Guaicurus, situada em Campo

Grande-MS e Dourados-MS.⁴ Uma personagem importante na edificação do atual Forte de Coimbra foi o Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, “[...] nomeado comandante da Fronteira Sul de Mato Grosso, assumindo o Forte de Coimbra, em 1797, ainda como estacada de madeira com a firme disposição de construir o Forte em alvenaria” (Guimarães, 2013, pp. 4-5). Não cabe aqui falar do Forte, se não se descrever a heroica trajetória deste militar que ficou conhecido como o baluarte da ocupação e edificação do Forte de Coimbra.

José Lourenço Parreira⁵ (2013), ao descrever a história do Forte, e como protagonista o Cel Ricardo Franco, diz:

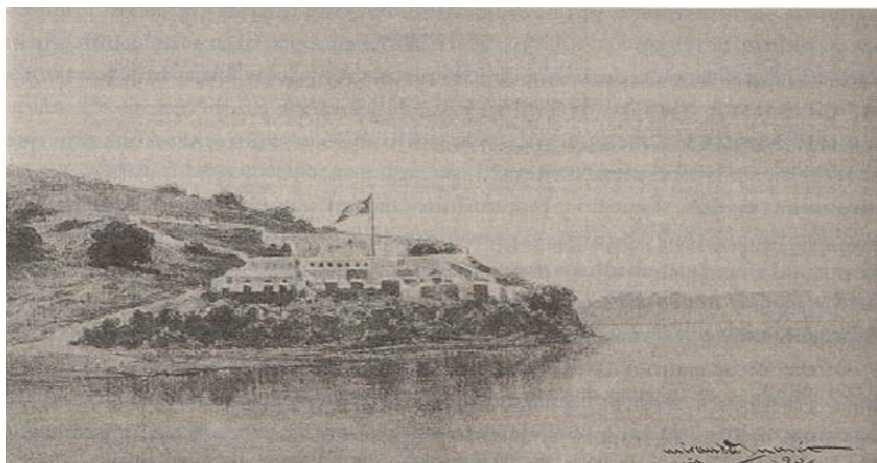
O ano de 1748 marcou profundamente a história luso-brasileira com dois fatos coincidentes: no Brasil, foi criada a Capitania de Mato Grosso; **e, em Portugal, Lisboa, nasceu Ricardo Franco de Almeida Serra.** Concluídos seus estudos na Academia Militar e após 10 anos de serviços em Lisboa, nos quais revelou sua vasta cultura, rara competência e virtudes morais, foi designado integrante da Terceira Partida de Demarcação de Limites na América, referente ao Tratado de 1777. Chegou ao Brasil em 26 de fevereiro de 1780 (Parreira, J., 2013, p. 6, grifos no original).

Dentre vários fatos relevantes, como mostra na História do Forte, no ano de 1797, diante da instabilidade no âmbito da política da Europa, expelindo reflexos na América, Ricardo Franco foi designado para comandar o Forte, na Fronteira Sul. E “[...] nesse ano, no dia 3 de novembro, lançou a pedra fundamental do Forte de Coimbra, uma obra definitiva de alvenaria e pedra. Até então existira o presídio de Coimbra, obra de emergência, paliçada” (Parreira, J., 2013, p. 6). Na Figura 1 abaixo, a imagem do Forte em 1801:

Figura 1 – Forte de Coimbra em 1801

⁴ A 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (4ª Bda C Mec) é uma grande unidade operacional, considerada como Força de Emprego Estratégico pelo Exército Brasileiro. Tem a sua origem em Campo Grande, ainda no antigo estado de Mato Grosso, com a instalação da 4ª Divisão de Cavalaria (4ª D C), criada pelo Decreto Presidencial n.º 26.297-A e Portaria Reservada n.º 13-12 de 29 de janeiro de 1949. Em Dourados, o Comando da 4ª Bda C Mec ocupou o terreno doado pelo pecuarista Wilson Benedito Carneiro. Os trabalhos de construção foram iniciados em 1977, e o 3.º Esquadrão do então 11.º Regimento de Cavalaria, sediado em Ponta Porã, foi incorporado no ano de 1979, especialmente para permanecer em Dourados como guardião no canteiro de obras (4ª BDA C MEC, 2023).

⁵ Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais do Exército, atualmente na reserva, e grande escritor das causas do Forte de Coimbra e dos milagres de Nossa Senhora do Carmo, padroeira do Forte. Atualmente vive em Campo Grande-MS e desenvolve trabalhos no Exército como PTTC (Prestador de Tarefa por Tempo Certo, no máximo de 8 anos) (4ª BDA C MEC, 2023).



Fonte: Alencar; Alencar; Galdino (s.d.)

Outro fato que merece destaque e que faz parte da História do Forte foi a colocação da imagem de Nossa Senhora do Carmo, devotada por milhões de pessoas no sul de Mato Grosso e propriamente no Forte de Coimbra.

No ano seguinte, 1798, no dia 16 de julho, Ricardo Franco entronizou, na capela da antiga paliçada, a bela e nova Imagem de Nossa Senhora do Carmo por ele adquirida em Cuiabá. Em 1803, no dia 13 de setembro, numa procissão com civis e militares, ao som de violino (rabeca), flauta e tambores, a Imagem foi entronizada no Forte, pelas mãos do imortal herói da Pátria que nutria filial amor pela Virgem do Carmo! (Parreira, J., 2013, p. 6).

Devoto de Nossa Senhora e muito católico, Ricardo Franco é solicitado para batizar uma índia conhecida como “a Xamicoca”.⁶ Esta, momentos antes de morrer, recebeu o batismo e foi enterrada, com honras militares, na capela que fica no atual museu do Forte de Coimbra.

Em 1801, acontece o primeiro ataque no Forte de Coimbra, ou como ficou conhecida: “a Guerra de 1801”. Estava no comando o Coronel português Ricardo Franco. Espanha e Portugal entraram em Guerra e a notícia chegou ao Governador de Assunção, no Paraguai, Lázaro de Ribera y Spinosa, mas não no sul de Mato Grosso. Com isso, pode-se afirmar que o Forte foi atacado de surpresa, que dispunha de poucas e frágeis canoas, o que seria insuficiente para começar uma guerra.

Escreve José Lourenço Parreira (2013) a respeito deste momento sangrento:

Por volta das 4 horas da tarde, dia 16 de setembro, quatro sumacas, com peças de artilharia de 4, 6 e 8 libras, despejaram granadas em direção ao Forte. Antes, porém, que elas abrissem fogo, Ricardo Franco ordenou que sua peça mais poderosa abrisse fogo contra o invasor: um canhãozinho calibre 1, cujo projétil não passava do meio

⁶ No dia 26 de julho de 2022, dentro dos festejos de Nossa Senhora do Carmo, padroeira do Forte, foi colocada uma cruz de madeira, de 2,5m à frente do Forte, e junto da Cruz, uma homenagem à índia “a Xamicoca”. Uma iniciativa do Comando Militar do Oeste pelos 223 anos do ocorrido.

do rio, portanto inofensivo às sumacas. No dia seguinte, Lázaro de Ribera enviou seu ultimatum. Eis a imortal resposta de Ricardo Franco: ‘Tenho a honra de responder categoricamente a V. Ex.’ que a desigualdade de forças sempre foi um estímulo que animou os portugueses, por isso mesmo, a não desampararem os seus postos, e a defendê-los [...] repelir o inimigo ou a sepultarem-se debaixo das ruínas dos Fortes que lhes confiaram.⁷ Coimbra, 17 de setembro de 1801 (Parreira, J., 2013, p. 7).

A guerra segue seu curso até o dia 24 de setembro. No entanto, neste mesmo dia, por volta das 21 horas, o inimigo retorna a Assunção como descreve o relato do CMO:

Durante 9 dias, de 16-24 de setembro de 1801, sob a proteção do incompleto forte, Ricardo Franco, liderando 49 soldados e 60 civis apoiados em 110 fuzis e 6 canhões, conseguiu repelir violento e potente ataque da Flotilha de D. Lázaro de Ribera, Governador de Assunção, composta de 4 goletas armadas com 12 canhões e guarnecidas por cerca de 900 homens. [...] A uma intimação do comandante espanhol para depor suas armas, Ricardo Franco respondeu negativamente, com altivez, mantendo-se firme na defesa do aquartelamento. Sua atitude corajosa inspirou os subordinados a combaterem com inquestionável coragem. Ao final de uma sangrenta batalha, os soldados luso-brasileiros frustraram a ação inimiga, preservando o domínio sobre a fortificação (CMO, s.d., n.p.).

Com o fim da guerra e a vitória de Ricardo Franco, as terras do sul de Mato Grosso não caíram nas mãos dos espanhóis, o que acarretaria para Portugal a perda destes territórios. Essa vitória repercutiu em todo o Brasil, bem como em Portugal. Como consequência, Ricardo Franco foi promovido a Coronel em 1803. Por fim, em 21 de janeiro de 1809, morre o Cel Ricardo Franco, a contemplar as edificações do Forte.

O segundo combate acontece anos depois, em 26 de dezembro de 1864, quando uma expedição paraguaia chega ao Forte. Foi neste lugar que ocorreu o primeiro ataque armado do Paraguai contra o território do Brasil no contexto da Guerra da Tríplice Aliança. Quanto à Guerra da Tríplice Aliança, descreve André Marcos Pereira (2016) que “[...] é relevante assinalar o significado que a Guerra da Tríplice Aliança, notadamente a maior batalha campal da América do Sul, exerceu sobre os processos de construção e modernização do país” (Pereira, 2016, p. 5).

Luiz Eduardo Silva Parreira (2013), no seu artigo intitulado *O Forte de Coimbra na Guerra do Paraguai*, descreve a chegada da guarnição paraguaia e seu respectivo efetivo:

No dia 26 de dezembro de 1864, uma expedição paraguaia chega às proximidades do Forte. No dia 27 pela manhã, as sentinelas brasileiras avistam uma cena aterradora: subindo o caudaloso rio Paraguai, 10 navios de guerra paraguaios, armados com 39 canhões. Eram mais de 3.200 homens – entre soldados e marinheiros – que se dirigiam ao Forte para tomá-lo (Parreira, L., 2013, pp. 10-11).

⁷ Esta frase, que marca a resposta de Ricardo Franco ao Governador de Assunção, está descrita com letras grandes e visíveis, na cor preta, no Forte, à vista do rio Paraguai.

Domingos Garcia, em sua dissertação intitulada *Uma Província na Fronteira do Império*, complementa esta informação:

A guarnição local, pequena e mal armada, resistiu até a noite seguinte e abandonou o forte, rumo a Corumbá. Esta, por sua vez, cairia em poder das forças paraguaias em 3 de janeiro de 1865. Após perseguir as forças militares e os civis que as seguiram, os paraguaios prosseguiram rio acima até a foz do rio São Lourenço (Garcia, 2001, p. 60).

Com a situação esmagadora paraguaia, o Forte dispunha de pouco efetivo e armas de guerra. O total era de

[...] 115 artilheiros, ‘10 índios cadiuéis, 5 guardas da Alfândega de Corumbá, 5 colonos de Albuquerque, 18 presos, um operário contratado e 1 civil’. Dos seus ‘31 canhões velhos, 11 estavam operacionais’, mas por conta do efetivo, apenas cinco poderiam ser usados. Os brasileiros também dispunham da canhoneira Anhambá, com dois canhões de 32 libras (Parreira, L., 2013, pp. 11-12).

Como militar mais antigo, tomou “à frente” do combate Hermenegildo de Albuquerque Portocarrero, conhecido como Tenente-Coronel Portocarrero.⁸

No dia 29 do mesmo mês, dezembro, os paraguaios ocupam e pilha o Forte. Após 4 anos, “[...] em abril de 1868, o Forte de Coimbra foi abandonado pelos ocupantes sem receber os reparos dos estragos que sofrera naqueles dias de 1864. Foi recuperado pelo governo brasileiro nos anos seguintes” (Parreira, L., 2013, p. 15).

3.4 O sacrifício de Antônio João Ribeiro e seus comandados no posto militar de Dourados

Dourados-MS, ou como chamado “terra de Antônio João”⁹, também foi palco da guerra da Tríplice Aliança, considerada um dos maiores conflitos bélicos sem precedentes da história,

⁸ Portocarrero “[...] nasceu na capital de Pernambuco, era filho de Luís da Costa Ferreira e de Ana Teodora Pita Portocarrero de Melo e Albuquerque. Seguiu carreira militar, a qual abraçou muito jovem, aos dezoito anos, em 28 de janeiro de 1836. Era comandante do Forte de Coimbra no início da Guerra do Paraguai. Ao ser cercado pela tropa de cinco mil homens, transportados em dez navios do Coronel Vicente Barrios, de quem foi instrutor e hóspede; em Assunção, recebeu ultimato para se render. Negou-se, respondendo que ia lutar até o último cartucho, apesar da inferioridade de homens e de armas. Sua pequena guarnição tinha apenas 155 homens, enquanto em toda a Província de Mato Grosso havia menos de 875. [...] Recebeu o título de barão em 13 de julho de 1889. Faleceu aos 75 anos, como marechal. É o patrono da extinta Artilharia de Costa do Exército Brasileiro. Foi casado com Ludovina Portocarrero (1825-1912), com quem teve quinze filhos” (Wikipédia, s.d., n.p.).

⁹ “Antônio João teria nascido em 1823, em Poconé, Mato Grosso. O dia do nascimento é controverso. O Exército Brasileiro aceita como sendo o dia 24 de novembro e a historiadora [Camila Cremonese-Adamo] encontrou

da América Latina. Após pouco mais de 150 anos do seu início, estudiosos ainda buscam entender as motivações para justificar o teor da guerra, sem muito compreender o ocorrido que colocou em conflito os países de Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai.

A então Colônia de Dourados foi criada pelo Decreto Imperial de n.º 1.754 de 1856:

Decreto n.º 1.754 de 26/4/1856/PE – Poder Executivo Federal (D.O.U. 31/12/1856) Crea a Colonia Militar dos Dourados nas cabeceiras do Rio do mesmo nome, na Provincia de Mato Grosso. Hei por bem Crear na Provincia de Mato Grosso mais huma Colonia Militar no ponto em que pelo Presidente da Provincia for designado nas cabeceiras do Rio dos Dourados, confluyente do Ivanhema, a qual se regerá pelas Instrucções que com este baixão, assignadas por Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em 26 de Abril de mil oitocentos cincoenta e seis, trigesimo quinto da Independencia e do Imperio. Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador. Luiz Pedreira do Coutto Ferraz (Câmara dos Deputados, s.d., n.p.)

O contexto da criação de Dourados-MS, a terra do “herói”, está pautado no ano de 1856, como descreve o *Dourados News*:

Em 1856, o Brasil e o Paraguai assinaram um acordo onde se comprometiam a demarcar as terras da região de fronteira e delimitá-las, acordo esse de 6 de abril daquele ano. Porém, 20 dias depois, com o argumento de proteger os residentes de vilarejos do sul do então Mato Grosso do ataque de índios, o Governo brasileiro ordenou a construção da Colônia Militar dos Dourados, terra em litígio, mas importante do ponto de vista militar e geográfico, já que serviria para controlar a navegação dos rios do sul do território (Dourados News, 2011, n.p.).

Ainda em estado precário, sem estrutura à altura de uma futura batalha, com inúmeras dificuldades, o Exército Brasileiro instala-se nesta Colônia Militar. Ainda em relação à criação e seu objetivo, Camila Cremonese-Adamo (2010) descreve: “A Colônia dos Dourados foi criada, segundo as instruções, principalmente para defender os moradores da região contra o ataque dos indígenas e auxiliar na comunicação entre as províncias de Mato Grosso e Paraná” (Cremonese-Adamo, 2010, p. 24).

O primeiro embate dos paraguaios contra a Colônia Militar foi em 1962, quando, liderada pelo Tenente Pereyra, uma tropa saiu de Concepción em direção à Miranda e Antônio

registros de uma entrevista do filho de Antônio João dizendo que era dia 21 de novembro. [...] As poucas informações existentes sobre o militar constam em sua ‘fé-de-ofício’, uma espécie de ficha funcional dele, que entrou para o Exército em 1841, aos 18 anos. Teria ido como voluntário para o Batalhão de Caçadores n.º 12, em Mato Grosso, em 6 de abril. [...] É descrito como homem de estatura mediana (1,63 m), ‘cabelos pretos e lisos, rosto comprido e claro, olhos pretos, barba pouca e preta’. Foi de soldado a sargento ajudante em oito anos de Exército e em 1852 foi graduado a tenente. [...] Serviu em diversos destacamentos até chegar à Colônia Militar e há registros de que teria perseguido “índios hostis” que cruzaram seus caminhos, recebendo inclusive citações do Império pelo feito” (Dourados News, 2011, n.p.).

João (cidade). “O Tenente Pereyra questionou o Tenente Molina a existência de uma colônia militar em território paraguaio” (Cremonese-Adamo, 2010, p. 27). O Tenente paraguaio tenta intimidar o brasileiro, dizendo que um dia ou outro a Colônia Militar teria de sair daí, tratamento este bem diferente do ocorrido no dia seguinte em Nioaque, onde ficava a base mais antiga de Mato Grosso. Em Nioaque, o Tenente Pereyra apenas pediu informações em relação ao local, mas nada de intimidador. Situação resolvida entre o governo brasileiro e o paraguaio.

O maior desafio era a construção de obras que amparassem a Colônia Militar. No relatório descrito por Antônio João, ele destaca: “Obras militares. Continuo a empregar a força desta Colônia em prontificar a trincheira que tem de servir de adjutório para a defesa desta Colônia” (Mello, 1969, p. 508). Além disso, há relatos que dizem que Antônio João também se empenhou na plantação de frutas e verduras para o cultivo dos militares aí destacados. Dentre as plantações, estava o trigo. Outro produto que depois virá a ser de alto desempenho e comércio para Mato Grosso é a erva-mate, plantada pelo comandante. Enfim, Antônio João desenvolveu atitudes que pudessem suprir a necessidade que a distância de Nioaque causava.

Em meio a esta escassez de praticamente tudo, torna-se o lugar propício para uma invasão paraguaia, que conhecia praticamente toda a região. Assim, relata Cremonese-Adamo (2010):

Um dia antes, 28 de dezembro, o Tenente Antônio João soube da aproximação da tropa paraguaia, e no mesmo dia organizou a retirada de todos os colonos e seus familiares para Nioaque, permanecendo na Colônia apenas os soldados. Também enviou um soldado para Nioaque, na tentativa de colocar a par dos acontecimentos o Tenente-Coronel Dias da Silva (Cremonese-Adamo, 2010, p. 34).

Embora tivesse conhecimento da aproximação da tropa paraguaia, o Tenente Antônio João foi pego de surpresa. Talvez não houve preocupação por parte do Tenente, pois estaria em dúvida se era uma invasão ou outra incursão como a de dois anos anteriores. Assim, pode-se supor que o Tenente Antônio João foi pego de surpresa, ou pela dúvida – invasão ou incursão – ou pelo propósito de guerra.

No dia 29 de dezembro de 1964, chegou à colônia a comitiva de guerra do capitão paraguaio Martin Urbietta, intimando que a Colônia Militar de Dourados se rendesse. Com o Tenente brasileiro havia quatorze homens, facilmente rendidos. Outros tantos talvez não estivessem presentes no momento. Diante da ordem de rendição por parte da tropa paraguaia, o Tenente Antônio João responde com bravura e negativamente.

Raul Silveira de Mello (1969), grande estudioso da Guerra da Tríplice Aliança e escritor exímio sobre o Tenente-Coronel Ricardo Franco, baluarte do Forte de Coimbra, transcreve o relato do capitão Urbietta ao Ministro de Guerra paraguaio:

Viva la Republica del Paraguay! Señor Ministro: - Con el debido respecto tengo el honor de dar parte a V. E. que el 29 que espira, he llegado a esta Colonia de los Dorados sin que fuese sentido por ningún individuo y siendo divisado á corta distancia oi tocar una corta llamada, y tomando armas, marchó El comandante com algunos hombres de resguardo; el Teniente de Infanteria Ciudadano Manuel Martinez, que llevaba El ataque, le requirió de rendir-se y respondió el comandnate brasileiro que em caso de traerle orden Del Gobierno Imperial se rendiria, y sino, no haria de ninguna manera. Con esta respuesta, pronto se trabó el combate y el Comandante Del Dorados, Teniente Antonio Juan Riveros, cayo com lãs primeras balas, lo mismo que dos individuos más, huyendo lo restante para el monte del Arroyo de onde fueron recojidos en numero de doce, incluso um herido y un cabo, habiendo escapado los demás de la guarnición com el 2º Comandante (Mello, 1969, p. 324).

O combate foi curto e fácil para as tropas paraguaias, findando com a morte do Tenente Antônio João e de dois soldados. Enquanto do lado da tropa inimiga, um tenente e um soldado foram feridos. A tropa permaneceu lá por, no máximo, um dia e meio, quando partiu para Nioaque.

3.5 A ocupação da Vila de Corumbá pelas tropas paraguaias

Após a tomada do Forte de Coimbra, as tropas paraguaias sobem para Corumbá, quando ainda era chamada de Vila. As tropas paraguaias chegaram a Corumbá no dia 4 de janeiro de 1865, comandadas pelo então Vicente Barrios e encontram a vila desguarnecida. Sabendo da entrega do Forte de Coimbra, o comandante local, Carlos Augusto de Oliveira, “[...] reuniu aproximadamente quatrocentos soldados a bordo do vapor Anhambaí e seguiu para a capital Cuiabá, junto a outras embarcações”, relata Elaine Cancian (2015, p. 404) em seu artigo intitulado *A vila de Corumbá e a Guerra Grande: algumas reflexões*. Para esta informação, pode-se complementar com a descrição de Maestri (2015):

O Coronel Carlos Augusto de Oliveira, chefe provincial de armas, não se dispôs a lutar pela vila, apesar dos meios que dispunha e dos reforços que podia esperar. Optou simplesmente pela deserção, levando o pânico à população (Maestri, 2015, p. 115).

Com a retirada das tropas locais, a vila de Corumbá espalha um pânico entre os moradores que buscam “[...] refúgio nas matas sem destino prefixado e sem rumo, num estado de alma próximo à demência” (Almeida, 1967, p. 17 apud Cancian, 2015, p. 404).

A descrição a respeito da situação local vem de Mario Maestri (2015):

Quando da invasão, Corumbá possuía uns mil e quinhentos habitantes, comerciantes, artesãos, militares, cativos, ‘índios peões’, entre eles, uns cem estrangeiros. Teria oitenta casas cobertas com telhas e zinco e 140 ranchos de cobertura de palha. A vila vivia relativo desenvolvimento, após o advento da navegação a vapor e a normalização do comércio através do rio Paraguai-rio da Prata, desde 1852 (Maestri, 2015, p. 114).

A situação que os paraguaios encontram em Corumbá era favorável para sua permanência:

Em Corumbá, os paraguaios encontraram mais dez canhões de bronze e farta munição, além de outros petrechos de guerra. Os armazéns encontravam-se repletos de mercadorias. O armamento de Coimbra e Corumbá e outros bens foram levados para o Paraguai no vapor Salto Guayra, como presas de guerra, respeitando-se as propriedades de estrangeiros. Com os canhões de Coimbra se formou a bateria homônima do forte de Humaitá (Maestri, 2015, p. 117).

Durante a permanência na vila, os paraguaios causaram grandes conflitos – em relação aos moradores – e vários estragos – uso dos meios de sobrevivência local. Cancian (2015) relata a permanência dos paraguaios na vila de Corumbá:

Os paraguaios praticaram o saque das moradias e casas comerciais, apoderando-se de objetos de valor e mercadorias. As mulheres casadas eram desrespeitadas pelos soldados a bordo do navio de Vicente Barrios, e os homens eram levados até Assunção. Mulheres, crianças e pessoas inválidas permaneceram na vila em poder dos invasores, obrigados ao trabalho forçado (Cancian, 2015, p. 404).

Nesta época, o vice-presidente da Província de Mato Grosso era o Tenente-Coronel (TC) Albano de Souza Osório, o Barão de Melgaço. Este relata, em 8 de maio de 1866, na cidade de Cuiabá, que, com a população cercada e diante das atrocidades, muitas pessoas começaram a fazer trilha e se refugiando no país vizinho, a Bolívia.

A partir do mês de fevereiro de 1865, ‘alguns estrangeiros, a quem associou-se um brasileiro, guiados por um escravo do Barão de Villa Maria’, deram início à abertura de um caminho entre Corumbá e o povoado boliviano mais acessível (Cancian, 2015, p. 404).

A difícil empreitada só terá sucesso quatro meses depois quando os brasileiros chegam ao povoado boliviano mais próximo, o Sagrado Coração, que fica o equivalente de 25 a 30 léguas, numa linguagem de hoje. Quanto à outra parcela de pessoas que permaneceram, “[...] boa parte dos habitantes mato-grossenses e muitos estrangeiros que permaneceram em Corumbá, homens, mulheres e crianças, foram enviados ao Paraguai” (Maestri, 2015, p. 117).

A vila de Corumbá permaneceu sob o comando das tropas paraguaias até o dia 13 de junho de 1967.

3.6 A expulsão dos inimigos do sul de Mato Grosso e a retirada da Laguna

Dentro da Guerra da Tríplice Aliança, a maior provação para a expedição brasileira foi justamente a retirada da Laguna. Laguna era uma fazenda no sul de Mato Grosso; hoje, a cidade de Miranda-MS, que estava em propriedade de Solano Lopez, comandante das tropas paraguaias.

Para relatar esse fato, a expedição brasileira conta com um integrante chamado Visconde de Taunay, que escreve em 1874, portanto após o fim da Guerra em 1870, o livro *A retirada da Laguna*, que dará base para este tópico, obra de 21 capítulos, com seus tópicos enumerados. Logo no capítulo I, Taunay (1874) descreve:

Em 1865 – ao arrebentar a guerra que **Francisco Solano Lopes**, o presidente do Paraguai, na América do Sul suscitara sem maior motivo do que os ditames da ambição pessoal; quando muito a invocar o vão pretexto da manutenção do equilíbrio internacional – o **Brasil**, obrigado a defender honra e direitos, dispôs-se, denodadamente, para a **luta** (Taunay, 1874, p. 9, grifos no original).

A expedição parte do Rio de Janeiro, passando por Minas Gerais em direção a Miranda. Sem muita estrutura, com muitos empecilhos, inúmeras mortes estiveram em evidência. Diz Taunay (1874): “A 31 de mesmo mês apresentava-se em Miranda o Coronel Carlos de Moraes Camisão; e no dia imediato, 1.º de janeiro de 1867, assumia o comando [...]. Enviou imediatamente a Nioaque dois membros da comissão de engenheiros, Catão Roxo e Escragnolle Taunay” (Taunay, 1874, pp. 11-12).

Terra de difícil acesso, terra de Nioaque, encontram o sertanista José Francisco Lopes, conhecedor do território e grande patriota, que agora será um aliado do Exército juntamente com alguns índios das tribos Terias e Guaicurus.

No contexto de ocupação por tropas paraguaias, “[...] o ditador Lopez, já falto de gente para o exército, projetara recrutar todos os estrangeiros, e até mesmo os prisioneiros” (Taunay, 1874, p. 21). Estes prisioneiros de que fala o autor foram brasileiros raptados e presos por Solano Lopez ao chegar na Laguna. No entanto, por questões patrióticas, os brasileiros se negam em lutar a favor das tropas paraguaias.

Ao iniciar os ataques, destaca Taunay (1874): “Reinava em nossas linhas a maior tranquilidade quando, de repente, pelas onze, ouviu-se o grito de alarma: ‘Cavalaria inimiga!’

(p. 26) e quanto à tropa dos brasileiros, “[...] examinaram-nos, então, os paraguaios: [...] podiam contar-nos à vontade. Foi para nós grande desvantagem” (p. 26). Aqui o autor destaca as desvantagens dos paraguaios aos brasileiros. Neste momento, os brasileiros, apesar do desdém dos paraguaios, são salvos por ser Sexta-Feira Santa, e o Coronel Camisão, como um religioso, não incita à violência (Taunay, 1874, p. 27).

O Cel Camisão, diante da evolução da Guerra, envia carta aos paraguaios desejoso de conversa pacífica, mas não tem sucesso. Pelo contrário, recebe outra carta desafiadora:

Ao Comandante da expedição brasileira: Estarão os oficiais das forças paraguaias sempre atentos a todas as comunicações que se lhes quiserem fazer; mas no atual estado de guerra aberta entre o Império e a República, só de **espada desembainhada poderemos tratar convosco**. Não nos atingem os vossos disparos de peça e quando tivermos ordens de os obrigar a calar, há no Paraguai campo de sobra para as manobras dos exércitos republicanos (Taunay, 1874, pp. 32-33, grifos no original).

A guerra começa seu curso e, como em toda guerra, existem seus horrores. Os relatos que seguem mostram o pavor de um confronto à mão armada. Da tropa brasileira tem-se o relato:

De ambos os lados, muitos mortos e feridos. [...] Custou-nos isto **quatorze mortos e muitos feridos**. [...] não podemos esquecer um jovem soldado, Laurindo José Ferreira, que, cercado por quatro inimigos e apenas tendo o fuzil para se defender, todo golpeado de sabraços, com a mão esquerda atingida, braço direito profundamente retalhado em diversos lugares e o ombro quase arrancado por um lançaço, assim mesmo se não rendeu. Só muito mais tarde veio a restabelecer-se de **tantas feridas** (Taunay, 1874, p. 40, grifos no original).

E da tropa paraguaia:

Os **cadáveres paraguaios** não arrastados pelo laço dos compatriotas foram, todos, **achados mutilados e de modo hediondo**. A propósito de tais profanações fez o Coronel violentas exprobrações aos índios, acenando-lhes até com a pena capital, se acaso, daí em diante, desrespeitassem os mortos (Taunay, 1874, p. 40, grifos no original).

Deste combate, sabe-se, segundo continua o relato do autor, que havia muitos mortos e feridos, sendo enterrados em solo inimigo, uma vez que estava em posse paraguaia a Laguna. Os brasileiros eram enterrados pelos índios a mando do Cel Camisão, enquanto os paraguaios, mortos em combate, eram deixados para serem enterrados pelos próprios compatriotas, como descreve Visconde de Taunay (1874, p. 50), demonstrando ser um homem profundamente religioso e respeitoso com os corpos mortos em combate.

O auge do combate da Laguna talvez esteja datado no dia 11 de maio:

Tal foi o **combate de 11 de maio, o mais importante da Retirada**.¹⁰ [...] Ficou-nos, além de tudo, patente que, além da prática da guerra, faltava-lhes a inspiração tática. [...] Seja como for, vencêramos e ainda com este resultado excelente: crescera o Coronel Camisão no conceito dos soldados pelo sangue-frio de que dera mostras (Taunay, 1874, p. 50, grifo no original).

Outros fatores aconteceram saindo da Laguna a caminho do Miranda: combates breves, incêndios, falta de comida e calçados, chuvas intensas – frios intensos – e sol escaldante; mulheres acompanhadas de suas crianças; doenças por conta dos maus tratos aos homens – cóleras –, que depois foram deixados para trás e fuzilados pelos paraguaios. “Irremediável se afigurava a nossa situação. Os paraguaios, em torno de nós, de observação, [...] e tranquilamente, do espetáculo de nosso aniquilamento pela fome e a peste” (Taunay, 1874, p. 76).

Antes da chegada a Miranda, morre o guia Lopez, pouco tempo após a morte de seu filho, que também ajudou na guia da tropa brasileira. E, antes mesmo da chegada ao destino previsto, morre o comandante da tropa, o Cel Camisão, dando as últimas ordens: “Façam seguir as forças, que vou descansar” (Taunay, 1874, p. 79), e assim expirou. Assume o comando o Maj José Tomás Gonçalves, anunciante da morte do Cel Camisão. Sob o novo comando do Maj José, a comitiva segue seu curso para Nioaque, local que foi saqueado pelos paraguaios, exceto a igreja, que usou de armadilhas contra os brasileiros.

O doloroso itinerário termina no dia 11 de junho, às margens de Aquidauana, hoje cidade de Mato Grosso do Sul: “Tal o último trecho de nossa penosa retirada” (Taunay, 1874, p. 93). No dia seguinte, “[...] baixou uma ordem do dia do nosso valente chefe José Tomás Gonçalves, em poucas palavras resumindo os acontecimentos desta terrível campanha de cinco dias” (p. 93). Dentre tantas palavras ditas pelo Major, finaliza com estas: “**Soldados! honra à vossa constância, que conservou ao Império os nossos canhões e as nossas bandeiras!**” (Taunay, 1874, p. 93, grifo no original).

O Mapa 4 que segue traz um direcionamento do percurso feito pelos combatentes brasileiros na Retirada da Laguna, de Laguna, com destino a Nioaque, e depois Miranda.

Mapa 4 – De Laguna a Nioaque e Miranda

¹⁰ Houve mais de 230 mortos. Travara-se a luta entre as colunas cujo total, quando muito, atingiu 3.000 homens. A esta refrega deram os paraguaios o nome do Combate de Nhandipá (Taunay, 1874).



Fonte: Nunes (2019)

Em resumo deste fato, o CMO descreve:

De todas as ações desenvolvidas durante a guerra na região de Mato Grosso, a que mais se destacou pelas ações de coragem e de sacrifício pela pátria foi a **Retirada da Laguna**. A coluna de marcha foi organizada no início de 1865 com a tropa originária das províncias de **São Paulo, Minas Gerais e Goiás** e contou com um efetivo inicial de cerca de 2200 combatentes. Após epopeia de grande sacrifício, onde se destacaram figuras como o **Coronel Carlos de Moraes Camisão**, o Tenente-Coronel Juvêncio Manuel Cabral de Menezes e o guia **José Francisco Lopes**, a coluna de marcha, acometida pela falta de víveres, por doenças e pelo inimigo paraguaio, foi obrigada a empreender uma retirada até Porto Canuto, onde chegou em 11 de junho de 1867 contando com um efetivo de 700 combatentes (CMO, s.d., n.p., grifos nossos).

Combates como este, na consolidação do Estado Brasileiro, continuaram a acontecer em meio a guerras e estratégias políticas e militares. Em apreciação, pode-se descrever a retomada de Corumbá do poder bélico dos paraguaios como um ato de bravura do Exército.

3.7 A Retomada de Corumbá

O contexto situacional de Corumbá era o seguinte: no dia 4 de janeiro de 1965, a tropa paraguaia chegava à Vila de Corumbá, como descrito acima, e, sem nenhum conflito, estabeleceu morada por dois anos. A Vila estava vazia, uma vez que os militares que lá estavam, comandados por Carlos Augusto de Oliveira, ao saber da aproximação da tropa paraguaia, sob

o comando de Vicente Barrios, entraram nas embarcações disponíveis, dentre elas a Anhambaí, o quanto puderam, com destino a Cuiabá, deixando a Vila desguarnecida de proteção militar (Cancian, 2015, p. 404).

A revista *Verde-Oliva*, do EB, de abril de 2017, destaca que, após dois anos de puro saque por parte dos paraguaios na Vila de Corumbá e região local, “[...] o então presidente da Província, Doutor José Vieira Couto de Magalhães, decidiu expulsar os inimigos do solo corumbaense” (Costa; Proença, 2017, p. 27). Essa decisão veio auxiliada pelo então Capitão Antônio Maria Coelho, que depois será o grande baluarte da retomada. Tal assessoramento o levou a ser promovido ao posto de Tenente-Coronel (TC), que se encarregou de compor três corpos expedicionários, sendo o primeiro liderado por Antônio Maria Coelho, o segundo pelo próprio governador e o terceiro pelo Major João Carlos Pereira Leite, que veio de São Luiz de Cárceres.

O primeiro corpo de tropa, liderado pelo então TC Antônio Maria Coelho, “[...] partiu de Cuiabá, em 15 de maio de 1867, com um efetivo de 400 homens. Essa tropa foi levada pelos vapores **Antônio João**, Alfa, Jauru e Corumbá até o lugar denominado Alegre” (Costa; Proença, 2017, p. 27, grifo no original). Após horas de marcha, com dificuldades providas das águas, Antônio Maria chega com seus soldados à Vila de Corumbá. Os paraguaios são pegos de surpresa, e muitos com a doença que assolava os habitantes, a pandemia da varíola. Com muita luta corpo a corpo, demandada pela estratégia militar dos oficiais, ocupam a praça, hoje conhecida como a praça da Independência.

Com o sucesso da Retomada, “[...] mais tarde, o tenente Maria Coelho seria elevado à dignidade de barão do Amambaí, pela vitória, mesmo transitória, em Corumbá” (Maestri, 2015, p. 124).

Como em todas as lutas nas guerras, “[...] a Retomada de Corumbá não foi fácil e causou muitas mortes. Nesse confronto, o Capitão Cunha e Cruz perdeu a vida, assim como muitos paraguaios, cujos corpos foram lançados ao rio” (Costa; Proença, 2017, p. 27).

Quanto à data que se comemora a Retomada de Corumbá, encontramos uma divergência de datas. Enquanto Cancian (2015, p. 404) descreve como “[...] o dia 13 de junho de 1867”, e torna-se a data predominante, Costa e Proença (2017) afirmam que

[...] a posse efetiva da vila não se daria no dia 13 de junho, como se esperava. Os paraguaios ainda permaneceram em Corumbá por mais algum tempo, porque o presidente da Província de Mato Grosso, alarmado com a epidemia de varíola, ordenou que a vila fosse abandonada. Os paraguaios, encontrando-a deserta, voltaram e ocuparam-na novamente. Finalmente, deixaram-na no dia 3 de abril de 1868 (Costa; Proença, 2017, p. 27).

Fato é que, com a expulsão dos paraguaios, os soldados brasileiros, muitos deles acometidos da pandemia da varíola, levaram a doença para Cuiabá quando retornaram, deixando muitos cuiabanos mortos.

Um dado importante a se destacar é a presença dos próprios paraguaios na reedificação de Corumbá, atrelada ao comércio local.

3.8 Corumbá e suas fortificações em combate às tropas militares paraguaias numa estratégia militar e, posteriormente, histórico-cultural

Fortificações sempre foram uma estratégia militar e política brasileira a partir do século XVI, tanto no litoral quanto em pontos estratégicos no interior e nas áreas de fronteira. As fortalezas são edificações militares com duas ou mais baterias de canhões apontados para pontos estratégicos. Já os fortes, pouco menores que as fortalezas, podem conter uma ou mais baterias de canhões da Artilharia instalado no mesmo local.

Duas descrições demarcam que a fortificação é sempre defensiva e dissuasória. Ela é defensiva pois “[...] pretende se contrapor a uma possível ação ofensiva do inimigo; mesmo quando se insere em uma perspectiva estratégica de lançar os pontos iniciais para a posse do terreno, as ações táticas decorrentes tornam evidente seu caráter defensivo” (Fernandes, 2014, p. 3). e também é “[...] dissuasória, isto é, lá está com sua estrutura arquitetônica, grandiosa ou não, e com seu armamento para desestimular a ação ofensiva do inimigo” (Fernandes, 2014, p. 3).

O texto datado de 11 de setembro de 2014, na cidade de Brasília, de autoria de Synésio Scofano Fernandes, ao reportar fatos ocorridos no ano 2022, entre o Iphan e a Diretoria de Assuntos Culturais (DAC) – atualmente denominada Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEX) – órgão que, no Exército, trata dos assuntos históricos e culturais, sobretudo de interesse comum voltado para divulgação dos temas de fortificação, “[...] o levantamento, o registro, a disseminação geográfica, a temporalidade, a história, os contextos político, econômico, militar, a preservação e o uso” (Fernandes, 2014, p. 1). O texto relata que era de interesse do Iphan e do DPHCEX criar uma cultura de preservação, “[...] posse e manutenção do território nacional, a construção de nosso país e ao mesmo tempo estabelecer para que esse valiosíssimo patrimônio fosse preservado” (Fernandes, 2014, p. 1).

Em 2021, foi criada a Fundação Cultural Exército Brasileiro (Funceb), que tinha como objetivo a investigação e gestão das fortificações brasileiras, uma forma de criar mentalidade nos brasileiros de presença dos fortificadores e combatentes das Forças Armadas do País. Entre

inúmeras associações que tinham objetivos semelhantes e que receberam apoio da Funceb, foi instituído o “Projeto Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze e Homens de Ferro”, com o intuito de divulgação das Fortificações Brasileiras e difundir conhecimentos adquiridos.

Depois desse despertar para as fortificações, alguns eventos começaram a acontecer, como por exemplo, em 2008, foi realizado um evento envolvendo o Iphan, a DPHCEX, órgãos da Marinha Brasileira e estudiosos do assunto, em plataforma digital (www.fortalezas.org), bem como o Seminário Internacional Fortificações Brasileiras, realizado em abril de 2017, em Recife-PE.

No dia 13 de fevereiro de 2023, no auditório da 18ª Bda Inf Pantanal, projetada em *Datashow*, o atual Comandante proferiu uma palestra intitulada “Evolução de Corumbá”, com a presença de oficiais, subtenentes e sargentos. As palestras fazem parte de uma constante formação de Capacitação Técnica e Tática do Efetivo Profissional (CTTEP). Na Figura 2 a seguir, será demonstrado o *slide* n.º 15, que demarca as fortificações existentes ou que existiram na cidade de Corumbá-MS, num contexto da Guerra da Tríplice Aliança.

Figura 2 – Fortes em Corumbá



Fonte: 18ª Bda Inf Pantanal (2023)

Percebe-se na Figura 2 a existência de cinco fortes. Atualmente, só existe um, o Forte Junqueira, sob a guarda e em área do 17.º Batalhão de Fronteira (17º B Fron), e está aberto à visitação do público. Quanto aos demais, por falta de incentivo por parte da cultura local, foram destruídos e deram lugares a casas e demais propriedades pessoais e institucionais.

A seguir, será transcrita a descrição de Fernandes (2014) a respeito do existente Forte, único na cidade de Corumbá:

Forte Junqueira: essa fortificação foi construída, em 1872, na cidade de Corumbá, Mato Grosso do Sul, com a finalidade de integrar um sistema de defesa a ser estabelecido na região, após a expulsão dos Paraguaiois. Participaria de uma linha de resistência constituída pelas posições de São Francisco, Conde D’Eu, Duque de Caxias, Major Gama, Santa Cruz e o Forte Junqueira, com o objetivo principal de impedir um desembarque fluvial na cidade de Corumbá. Dessa linha de resistência restou o ‘Forte Junqueira’. Na verdade, é um reduto, isto é, uma posição defensiva fechada, com apenas uma frente artilhada, a face Leste que dá para o Rio Paraguai. Tem um perímetro de 160 m. A sua forma geral é a de um retângulo, com dois torreões quadrados, um a Oeste e outro a Sul. A sua relevância histórica reside no fato de ser uma das poucas fortificações construídas no Brasil durante a Regência, após a implantação, em 1831, da política de redução dos efetivos militares e em se constituir no derradeiro exemplar do sistema de defesa estabelecido, após a Guerra do Paraguai, para proteger a região de Corumbá, valores que recomendam sua inscrição no Livro de Tombo Histórico. [...] Com a finalidade de proteger o bem patrimonial proposto para tombamento e, ao mesmo tempo, possibilitar à Organização Militar o exercício de suas funcionalidades, submetemos a esse Conselho a poligonal de entorno definida pelos seguintes pontos: Ponto A (18° 59’ 48,7’’ S-57° 38’ 11,8’’ W), Ponto B (18° 59’ 46,1’’ S – 57° 38’ 13,1’’ W), Ponto C (18° 59’’ 46,3’’ S- 57° 38’ 08,4’’ W), Ponto D (18° 59’ 47,5’’ S – 57° 38’ 08,8’’ W) (Fernandes, 2014, pp. 11-12).

Portanto, os fortes localizados na região de Mato Grosso do Sul ocupam uma posição imprescindível para a preservação e guarnição de Corumbá contra os possíveis invasores estrangeiros. Para além de uma estrutura construída, existe também a “[...] finalidade de proteger o bem patrimonial proposto para tombamento e, ao mesmo tempo, possibilitar à Organização Militar o exercício de suas funcionalidades” (Fernandes, 2014, p. 12).

A contextualização dos fortins de Corumbá é uma junção de estratégia de defesa militar com preservação do espaço urbano:

Em 1871, logo após a Guerra da Tríplice Aliança, foi criada a Comissão de Engenheiros Militares de Mato Grosso, com o objetivo de efetuar a reorganização defensiva da região e de suas fronteiras. Com relação à Corumbá, para melhor defender o núcleo urbano, a Comissão decidiu executar um plano de defesa definitivo que era formado por uma rede de fortificações posicionadas desde a embocadura do Canal do Tamengo até a localidade de Ladário. Foram construídos cinco fortes: Limoeiro, Junqueira, Conde D’eu, Duque de Caxias e Major Gama (Andres, 2012, n.p.).

E ainda, em relação ao Forte Junqueira, preservado como Patrimônio Histórico pelo Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional –, sob o número do Processo: 1613-T-2010:

Primorosa obra militar, o Forte Junqueira foi construído todo em pedra rejuntada e argamassada sobre escarpada formação calcária, dominando longo estirão do Rio Paraguai. Suas paredes têm meio metro de espessura. Seu traçado é um polígono de oito lados, em que dois ângulos são reentrantes, assemelhando-se a um quadrado ligado ao lado maior de um retângulo. Localiza-se na parte oriental da cidade de Corumbá, na margem direita do Rio Paraguai, em terreno de 17.º Batalhão de

Fronteira que é o responsável pela sua conservação e guarda. Seu acervo é constituído de 11 (onze) canhões Fried Krupp (Inglês) raiados de 75 mm e de fabricação variando do ano de 1872 a 1884, sendo a maior parte deles datado de 1874 (Diário Corumbaense On-line, 2014, n.p.).

A última visita oficial de orientação técnica por parte do Diretor do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEx), o General de Brigada Luciano Antônio Sibinel, ao Forte Junqueira foi no dia 13 de junho de 2023, segundo informação do dphcex.eb.mil.br/noticias:

A solenidade contou com a presença do General de Brigada Márcio Luis do Nascimento Abreu Pereira, Chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Oeste, do General de Brigada Marcelo Zanon Harnisch, Comandante da 18ª Batalhão de Infantaria de Pantanal (18ª Bda Inf Pantanal), e do Cel Leandro Pimentel Comandante do 17º B Fron (DPHCEx, s.d., n.p).

Neste sentido, conclui-se que as fortificações continuam tendo valores histórico-militares para o EB e constituem marcos da territorialidade militar da fronteira oeste do Brasil.

Ainda, desde o contexto histórico e sua aplicabilidade na vivência atual em Corumbá, torna-se o fio condutor para a imposição de uma mentalidade de Defesa Nacional, a começar pela obrigatoriedade do Serviço Militar. Por meio da formação no tempo de serviço ativo, bem como da vivência nas operações, o militar adere a uma mentalidade de conservação das leis vigentes e sua importância da aplicação no dia-a-dia. Estas serão ideias a serem desenvolvidas no próximo capítulo, quando explicadas as vias de acesso ao Serviço Militar e descritas as atividades ocorridas entre os anos 2022 e 2023.

4 O SERVIÇO MILITAR INICIAL OBRIGATÓRIO COMO FERRAMENTA PARA CRIAÇÃO DE UMA MENTALIDADE DE DEFESA NACIONAL NA SOCIEDADE

Algumas provocações a respeito do Serviço Militar Obrigatório surgem diante da perspectiva do desenvolvimento da ideia principal: o Serviço Obrigatório. Este ato, por ser obrigatório, não contradiz o princípio da liberdade do ser humano? Será a melhor forma de agregar homens para uma instituição de preservação e manutenção da Pátria? Diante de tantos países em que o SMO não é ato constitucional tornar-se-iam um modelo para o Brasil? Em vez de ser obrigatório, não poderia ser voluntário profissional, como nos Estados Unidos da América? Estas e outras provocações dão espaço a esta pesquisa. Com o olhar voltado para alguns países considerados como potências mundiais, será descrito como se qualifica o Serviço Militar Obrigatório na atualidade e suas expectativas futuras, servindo para subsidiar a obrigatoriedade do Serviço na Nação Brasileira.

Alguns países, após o declínio do socialismo e da Guerra Fria – com duração entre os séculos XIX e XX –, deixaram de ter a compulsividade para o serviço obrigatório. O fim da União Soviética, maior país socialista, ocorreu em 1991 após a abertura política e econômica do governo Gorbatchev e o movimento político de Boris Iéltsin. No entanto, recentemente alguns congressos, tanto na Europa quanto na América, estão levando em consideração abrir discursões a respeito do retorno da obrigatoriedade.

Os Estados Unidos da América, uma das grandes potências mundiais, não têm o SMO como prescrito no Brasil. O modelo de recrutamento que os EUA utilizam parte do princípio do voluntariado profissional – ou profissionais remunerados. Em 2007, o Legislador democrata de Nova York, Charles Rangel, apresentou ao Congresso uma proposta de lei para o restabelecimento da obrigatoriedade do serviço. Isso ocorreu tendo como visão a decadência das atividades e a falta de efetivo para o emprego diante das potenciais ameaças do Irã, da Coreia do Norte ou do Iraque. Esta proposta de lei abrangeria homens entre os 18 e os 42 anos, com início em 2006. Até o presente momento, a proposta não tem consenso entre os republicanos e os democratas. Numa explicação parcial e muito básica, Adrian R. Lewis (2010), descreve: “O Serviço Militar Obrigatório é necessário neste momento porque temos um número insuficiente de soldados e fuzileiros navais fazendo muito” (Lewis, 2010, p. 75).

Na Espanha, em 1833, após a morte de Fernando VII, criaram-se leis que regulam o recrutamento. Com a Lei de 1837, tornou a lei anterior obsoleta e deu uma maior liberdade no recrutamento (Marugán, s.d., p. 145). Em 2012, o Jornal Estado de S. Paulo (Estadão, 2012) publicou a manchete intitulada “Espanha recrutará estrangeiros para suas Forças Armadas” e

descreveu: “O defeito de recrutamento ocorre apesar de a Espanha ter a mais alta taxa de desemprego – 11,4% – entre as 15 nações da União Europeia (UE), ‘Algo vai mal com o recrutamento’, disse na terça-feira o ministro da Defesa, Federico Trille” (Estadão, 2012, n.p.).

A Alemanha suspendeu o SMO em 2011; no entanto, deixou a possibilidade de reintegração dele se Bundestag – câmara baixa do Parlamento – tomasse a decisão de que há necessidade de defesa, pretexto na Lei Fundamental.

Em 2014, a Ucrânia reinstalou o serviço militar compulsório para homens entre os 18 e os 26 anos. E em 24 de fevereiro de 2022, período de invasão russa na Ucrânia, a capital Kiev prometeu uma lei que torna potencialmente elegíveis para o serviço militar os homens entre 18 e 60 anos de idade.

A Noruega foi o primeiro país europeu a introduzir o SMO para homens e mulheres e ocorreu no ano de 2015. Por mais que o país ainda mantenha um exército profissional, objeto constituinte da base de sua defesa nacional.

Na França, no ano de 2019, o presidente Emmanuel Macron modificou o Serviço Nacional Universal, tornando-o mais suave. Seu projeto de estimulação como forma de desenvolver o patriotismo nacional permite aos jovens servirem o país durante um mês como voluntários.

A Rússia, com serviço obrigatório inclusive para as mulheres, recentemente reiterou a necessidade de simplificar o processo de recrutamento e fechar brechas para recusas daqueles que não desejam servir.

Perante tais demonstrações, pode-se perceber que há divisões quanto ao serviço militar obrigatório. Há países que presam pela existência de tal serviço e investem nisso; há países que promovem o serviço, mas bem relativo; e há os que rejeitam o serviço por ser irrelevante para o crescimento do seu país. No entanto, após os inícios das invasões da Rússia na Ucrânia, vários países, sobretudo da Europa, voltaram seu olhar para o recomeço ou o maior incentivo dos recrutamentos militares, apresentando novas leis para a motivação do serviço obrigatório.

Enfim, numa sociedade civilizada e civilizadora, aqui chamada de patriota, as crianças já nascem com sentimentos de pertencimento a uma país, a uma nação. Neste sentido, o orgulho é uma questão de honra. Crescem vendo os mais velhos torcendo para suas seleções nacionais desportivas e ficam felizes por ver tais seleções subirem ao pódio e conquistarem medalhas. Este sentimento nacionalista vai se desenvolvendo quando se aprendem os valores de cultura símbolos que representam sua nação, aqui, a nação brasileira: Hino e Bandeira nacionais, armas e selos. Sua importância está fundamentada em lei, como por exemplo a Lei n.º 5.700, de 1.º de setembro de 1971 (Planalto, 1971), que preconiza o uso e devido respeito para com estes elementos de importância nacional. E se eles têm tal relevância, devem ser respeitados,

cultuados em função da preservação do País, e também faz jus pensar no SMO como parte deste universo de sentimento patriótico.

O SMO, em sua essência pessoal e coletiva, visando à preservação dos símbolos e manutenção da instituição do Exército Brasileiro, protagonista da Estratégia Política e de Segurança do País, torna-se um ato de formação e aperfeiçoamento daquele que foi recrutado.

Transcrevendo as palavras de João Maria de Lima (2010),

[...] assim, crescemos entendendo nação e pátria como algo natural, que sempre existiu. Tais representações sociais cristalizam-se no imaginário coletivo como pertencentes a um passado quase imemorial. Todavia, em uma investigação mais detalhada para entendermos onde, quando e como surgiram as ideias de pátria e nação, ficamos surpresos com a proximidade temporal dessas representações (Lima, 2010, p. 22).

Dentro deste sentimento de patriotismo, a história remonta a homens que se fizeram imagens imortais dos desbravadores do Exército. A cronologia existencial remonta à história dos que se fizeram fortes em favor da construção do que hoje se chama o “Exército de Caxias”.

4.1 Breve histórico do recrutamento no Brasil

O histórico do recrutamento militar no Brasil advém de um pensamento de aperfeiçoamento da capacitação de pessoas para as Forças Armadas. O que hoje se conhece como SMO é, na verdade, um ato de enlaçar. Uma mescla de duas vertentes: crescimento pessoal e ato obrigatório. Este ato obrigatório é legítimo quando, pautado na lei, assegura a todo cidadão o dever de defender sua Pátria e a manutenção da Instituição brasileira. E isso qualifica o vínculo da nação com seus próprios súditos.

Na divulgação em *homepage* do serviço militar, este está assegurado nas antigas Capitânicas Hereditárias. Uniam-se o serviço forçado e as milícias existentes na Europa feudal.

Segundo a Constituição de 1824, promulgada pelo então D. Pedro I, há uma relação do ideal francês, na Revolução Francesa ocorrida entre os anos de 1789 e 1799, com o ideal da nação das armas. Descreve o art. 145: “Todos os cidadãos são obrigados a pegar em armas para sustentar a Independência e a integridade do Império e defendê-lo dos seus inimigos Externos ou Internos” (Constituição Política do Império do Brasil, 1824).

Dentro do contexto histórico do surgimento do SMO, do ideal ao real, existia uma diferença de público: enquanto para a Guarda Nacional tinha a primazia das classes mais abastadas, ao Exército “[...] restavam aqueles que não conseguiam apresentar atestado de boa

conduta” (Kuhlmann, 2001, p. 58). Daí, pode-se perceber que o CMO está fundado na necessidade de pessoas que adentrem ao universo entre a Defesa da Pátria e o empunhar armas. Prova disto que surge o Decreto de 20 de novembro de 1835, em que “[...] existia o recrutamento forçado dos praças, cuja duração variava de seis a nove anos” (Kuhlmann, 2001, p. 59).

Esse modelo de recrutamento levanta na população uma repugnância total para com o serviço ao Exército, a tal ponto de surgir um pedido, por parte do Congresso, de novas leis mais adequadas. Os motivos eram: deserções, incapacidades físicas, doenças e morte.

Em 1874 surge a Lei n.º 2.556 que regula o SMO. Para Paulo Roberto Kuhlmann, esta Lei ainda estava defasada. Descreve o autor:

Só que essa lei tinha vários escapes para quem não queria servir: havia a possibilidade de pagar ou apresentar um substituto. Ainda mais que havia isenções especiais para bacharéis, padres, proprietários de empresas agrícolas, dentre outros. O recrutamento continuou a captar pobres, e mantinha-se o recrutamento a laço. O castigo físico, apesar de abolido, continuou a ser utilizado (Kuhlmann, 2001, p. 59).

Entre tantas tentativas seguintes de organização do quadro do serviço militar, inúmeras leis, com ou sem efeito, várias campanhas para o melhoramento do recrutamento, somente com a Constituição de 1988, vigente até os dias de hoje, permanece o modelo atual de SMO (Brasil, 1988).

4.2 O Serviço Militar Inicial Obrigatório hoje

Para compreensão da atual realidade do serviço militar, faz-se necessário citar o art. 143 da Constituição de 1988, que ora se expressa:

O serviço militar é obrigatório nos termos da lei. Art. 143: § 1º - Às Forças Armadas compete, na forma da lei, atribuir serviço alternativo aos que, em tempo de paz, após alistados, alegarem imperativo de consciência, entendendo-se como tal o decorrente de crença religiosa e de convicção filosófica ou política, para se eximirem de atividades de caráter essencialmente militar. § 2.º - As mulheres e os eclesiásticos ficam isentos do serviço militar obrigatório em tempo de paz, sujeitos, porém, a outros encargos que a lei lhes atribuir (Brasil, 1988, n.p.).

O Artigo supracitado evoca a obrigatoriedade do serviço nos termos da Lei, imputada a todo brasileiro, e expressa as isenções devido a quesitos inerentes de natureza humana, tais quais: religião, convicções filosóficas ou políticas, inclusive as mulheres e os jovens que estão em atividade eclesiástica como seminários e conventos.

De referência, segundo Cunha (2018), a Lei do Serviço Militar n.º 4.375, de 17 de agosto de 1964, retificada pela Lei n.º 4.754, de 18 de agosto de 1965, define o serviço militar como atividades específicas desenvolvidas pelas Forças Armadas (FA) – Marinha do Brasil (MB), Exército Brasileiro (EB) e Força Aérea Brasileira (FAB) “[...] e compreenderá, na mobilização, todos os encargos relacionados com a defesa nacional (Regulamento da Lei do Serviço Militar)” (Cunha, 2018, p. 19).

No Caderno de Orientação do Departamento Geral do Pessoal (DGP) compreende o SMO como “[...] a formação de reservas destinadas a atender às necessidades das Forças Armadas e assegurar” (Exército Brasileiro, s.d., p. 4), atos que compõem atividade de desenvolvimento humano e profissional, citados a seguir:

a. o recrutamento do pessoal necessário ao complemento do seu efetivo em tempo de paz; b. o licenciamento ou desligamento do pessoal incorporado ou matriculado em organizações militares da ativa (OMA) ou órgãos de formação da reserva (OFR); e c. a administração e o controle da reserva, visando à mobilização de recursos humanos (Exército Brasileiro, s.d., p. 4).

Vale salientar que tanto o art. 143 da CF de 1988 como o Caderno de Orientação do DGP evocam o recrutamento do pessoal tanto do efetivo variável (EV) que compõem a obrigatoriedade do serviço militar ao completar os 18 anos, bem como o efetivo pessoal para recrutamento militar como 3.º Sargento (3º Sgt) com formação acadêmica técnica (Curso Técnico) e/ou formação com graduação (Curso Superior) para ser 2.º Tenente (Oficial). Este últimos, não fará parte da pesquisa portanto, não será debatido em detalhes. Mas apenas como título de conhecimento, ambos (Sgt e Ten) farão parte do recrutamento militar e poderão permanecer na Força por até oito anos de serviço prestado, segundo o Decreto n.º 8.518, de 18 set. 2015, que “[...] Dispõe sobre a carteira de identidade de militar das Forças Armadas, o documento de identificação de seus dependentes e pensionistas [...]”; da Portaria Normativa n.º 82/GM-MD, de 1.º set. 2020; Portaria n.º 232 – DSM/DGP/C Ex, de 23 out. 2020; Portaria n.º 046 – DGP, de 27 mar. 2012 que aprova as Normas Técnicas para a Prestação do Serviço Militar Temporário (EB30-N-30.009), 1ª Edição, 2012; e por fim, no Calendário de Obrigações da Seção de Militares Temporários (Exército Brasileiro, s.d, p. 25). Estes farão parte dos militares da reserva não remunerada quando finalizado o serviço da ativa.

Aqui, nota-se necessário fazer a pergunta central da pesquisa, esta que norteia toda a atividade escrita: o que é o Recrutamento Militar? A conceituação está descrita no Caderno de Orientação do DGP (Exército Brasileiro, s.d.):

É o ato pelo qual os brasileiros do sexo masculino são convocados para participarem do processo seletivo à incorporação nos quartéis da Marinha, Exército ou Força Aérea Brasileira e compreende as seguintes fases distintas e sucessivas (Exército Brasileiro, s.d., p. 5).

O conceito acima sobre o recrutamento militar traz a designação predominante: “brasileiro do sexo masculino” e o endereçamento para quais forças. Isso significa que a seleção poderá ser feita em um único local, mas os selecionados poderão ser classificados em uma das três instituições: Marinha, Exército ou Força Aérea. Quanto ao critério de escolha, além dos evidenciados nos exames físicos, existem “proibições” que são partes integrantes da seção de inteligência, que não compete descrevê-las aqui.

Para a Estratégia Nacional de Defesa, “[...] o Serviço Militar Obrigatório é condição para que se possa mobilizar o povo brasileiro em defesa da soberania nacional. É, também, instrumento para afirmar a unidade da Nação acima das classes sociais” (Brasil, 2008, p. 11 op. cit. Lima, 2010, p. 52).

Para Barcellos (2020), nos dias atuais o recrutamento tem dois objetivos concomitantes:

Atualmente, ele tem por objetivo prover e capacitar os quadros para as Forças Armadas, a partir da seleção e incorporação de jovens representantes de todas as classes sociais e regiões do país. Desta maneira, o Exército Brasileiro possui uma capilaridade muito grande na sociedade brasileira (Barcellos, 2020, p. 26).

E não menos importante, o autor destaca:

Outra função exercida pelo serviço militar obrigatório é ainda atuar como um importante instrumento de afirmação da unidade nacional, formando cidadãos com espírito cívico, com valores de solidariedade e justiça, princípios éticos e forte sentimento patriótico (Barcellos, 2020, p. 26).

A falta de comprovação da quitação das obrigações militares implica uma série de restrições de direitos previstos no art. 74 da Lei n.º 4.375, de 17 ago. 1964, (Cunha, 2018) conforme mencionado a seguir:

[...] nenhum brasileiro, entre 1.º de janeiro do ano em que completar dezenove e 31 de dezembro do ano em que completar 45 anos de idade, poderá, sem fazer prova de que está em dia com as suas obrigações militares:

- a) obter passaporte ou prorrogação de sua validade;
- b) ingressar como funcionário, empregado ou associado em instituição, empresa ou associação oficial ou oficializada ou subvencionada ou cuja existência ou funcionamento dependa de autorização ou reconhecimento do Governo Federal, Estadual, dos Territórios ou Municipal;
- c) assinar contrato com o Governo Federal, Estadual, dos Territórios ou Municipal;
- d) prestar exame ou matricular-se em qualquer estabelecimento de ensino;

- e) obter carteira profissional, matrícula ou inscrição para o exercício de qualquer função e licença de indústria e profissão;
- f) inscrever-se em concurso para provimento de cargo público;
- g) exercer, a qualquer título, sem distinção de categoria, ou forma de pagamento, qualquer função ou cargo público:
- I - estipendiado pelos cofres públicos federais, estaduais ou municipais;
- II - de entidades paraestatais e das subvencionadas ou mantidas pelo poder público;
- h) receber qualquer prêmio ou favor do Governo Federal, Estadual, dos Territórios ou Municipal [...] (Cunha, 2018, p. 19).

O processo de recrutamento, precedido pelo ato de alistamento, é fundamentado na obrigatoriedade nacional do Serviço Militar.

Após estas breves conceituações acerca do assunto decorrente, faz-se necessário apresentar as etapas inerentes do recrutamento militar inicial obrigatório que são compostos de seis itens.

4.2.1 Fases e características do Serviço Militar Obrigatório

São as seguintes fases e características do Serviço Militar Obrigatório:

- a) Convocação: a primeira fase compreende o momento em que os “[...] brasileiros do sexo masculino são convocados à prestação do SMO por meio do Plano Geral de Convocação e de veiculação de campanhas de convocação em âmbito nacional e regional” (Exército Brasileiro, s.d., p. 5). “Para cumprir esse plano, o jovem deve comparecer a uma Junta de Serviço Militar”¹¹ (Kuhlmann, 2001, p. 81);
- b) Alistamento Militar: nesta fase, os jovens do sexo masculino que completam 18 anos entre os dias 1.º de janeiro (inclusive) e 31 de dezembro (inclusive) do ano vigente devem realizar o alistamento militar por meio do preenchimento de formulário eletrônico acessando a página da internet <https://alistamento.eb.mil.br> e <https://www.gov.br> (Exército Brasileiro, s.d.). Vale ressaltar que o alistamento on-line será válido, mas não dá quitação completa com o SMO. Aos que não possuem Cadastro de Pessoa Física (CPF), devem se apresentar nas Juntas de Serviço Militar munidos de outros documentos pessoais, tais como: certidão de nascimento, comprovante de residência, documento oficial com fotografia;
- c) Seleção Geral: nesta terceira etapa, os

¹¹ As Juntas de Serviço Militar são órgãos encontrados em diversas cidades e fazem parte da cooperação da Prefeitura local com as Forças Armadas (Kuhlmann, 2001, p. 81).

[...] jovens alistados residentes em municípios tributários devem consultar o *site* <https://alistamento.eb.mil.br>, a fim de verificar se foi convocado para concorrer ao processo seletivo de ingresso nas Forças Armadas ou foi dispensado por exceder as necessidades de incorporação (Exército Brasileiro, s.d., p. 5).

Para Kuhlmann (2001),

[...] a seleção, que será realizada com o restante da classe destina-se a avaliar os alistados quanto aos aspectos físico, intelectual, psicológico e moral. A seleção é feita por intermédio das Comissões de Seleção (CS), que podem ser fixas ou volantes, distribuídas pelo país (Kuhlmann, 2001, p. 81).

O jovem que não comparecer a esta etapa será considerado refratário, ou seja, terá sanção administrativa até que seja sanada, com a apresentação. Tais sanções são “[...] dificuldades para concorrer a um concurso público, viajar para o exterior ou cursar uma instituição de ensino superior” (Kuhlmann, 2001, p. 81);

d) Designação: nesta fase acontece

[...] no período de dezembro a janeiro de A+1, os jovens selecionados devem tomar conhecimento da distribuição por meio de consulta ao sítio <https://alistamento.eb.mil.br>, ou, presencialmente, em uma junta, a fim de saberem se foram designados à incorporação às Forças Armadas ou incluídos no excesso de contingente (Exército Brasileiro, s.d., p. 6).

Assim, os que “[...] forem aptos na seleção tomam conhecimento se foram ou não designados para incorporação para prestação de serviço militar” (Kuhlmann, 2001, p. 84);

e) Seleção Complementar: nesta penúltima etapa,

[...] os jovens designados à incorporação/matricula serão submetidos a um novo processo seletivo, a fim de confirmar as informações registradas no Sistema Serviço Militar por ocasião da Seleção Geral, bem como levantar outros aspectos julgados necessários (Exército Brasileiro, s.d., p. 6).

Para o acompanhamento acirrado de cada integrante desta etapa, vários exames/testes são imputados, mais voltados para o lado prático da organização: exames médicos, testes físicos e de aptidões e perguntas relacionadas à vida pessoal/familiar/profissional. Kuhlmann (2001) identifica alguns problemas relacionados a esta fase:

Problemático é que, muitas vezes, jovens que chegam ao quartel, considerados aptos anteriormente, são desqualificados na Organização Militar. Há casos de problemas sociais, menos graves, que chegam à Organização Militar, e a margem

de majoração, ou seja, percentual extra para o completamento do efetivo fica, muitas vezes, muito reduzido. Esta situação demonstra a dificuldade de escolha dos que irão realmente trabalhar com os recrutas (Kuhlmann, 2001, p. 84);

f) Incorporação: nesta última fase, situa “[...] o processo final da fase de recrutamento em que o jovem designado é incluído em uma Organização Militar da Ativa das Forças Armadas para prestação do Serviço Militar Inicial Obrigatório” (Exército Brasileiro, s.d., p. 6). Vale ressaltar que os que foram aprovados nos testes e estão aptos para incorporação, serão designados a “[...] Organizações Militares ou matriculados em Órgãos de Formação de Oficiais da Reserva e Tiros-de-Guerra” (Kuhlmann, 2001, p. 84).

Para conclusão deste tópico, a respeito do SMO, em dias atuais, tornou-se patrono o renomado escritor jornalístico e poeta Olavo Bilac¹², grande propagador do SMO.

4.2.2 Órgãos de Serviço Militar (OSM)

Na definição de Diretoria de Serviço Militar (DSM) é: órgão de apoio técnico-normativo encarregado de dirigir, orientar, coordenar e controlar as atividades ligadas ao Serviço Militar, no âmbito do Exército, em todo o território nacional. A DSM é a gerenciadora do Sistema Eletrônico de Recrutamento Militar e Mobilização (Sermilmob).

Constituem órgãos de serviço militar no âmbito do Exército: Diretoria de Serviço Militar (DSM), Seção de Serviço Militar Regional (SSMR) e Posto de Recrutamento e Mobilização (PRM)

¹² “Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac (Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1865 – Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1918) foi grande jornalista e poeta brasileiro. Conhecido por sua atenção à literatura infantil e, principalmente, pela participação cívica, era republicano e nacionalista; também era defensor do SMO. Percorreu o País, tanto as mais recônditas regiões, como as capitais, conclamando a mocidade para servir à Pátria que ele tanto amava. Precursor da campanha pela alfabetização, foi eleito Príncipe dos Poetas Brasileiros. Dentre sua extensa obra, destacam-se a letra do Hino à Bandeira, o poema épico ‘O Caçador de Esmeraldas’ e o belo soneto ‘A Pátria’. Fundou ainda a Liga de Defesa Nacional, em 1916, para lutar pela preservação de nossos valores maiores ao longo do tempo. Na data do seu nascimento, 16 de dezembro, comemora-se o Dia do Reservista. Faleceu no Rio de Janeiro, aos 53 anos. Em 1915 e 1916, empreendeu peregrinação pelo País, conscientizando os brasileiros da necessidade do SMO, pregando a verdadeira cidadania. Sua missão, iniciada em São Paulo, e ressonante no Rio de Janeiro, tornou-se alvo de destacada homenagem no Clube Militar. Prosseguiu rumo a Minas Gerais e ao Rio Grande do Sul, defendendo, com ardor, a associação de todos os brasileiros à sua causa. Embora com sacrifício da saúde, Bilac alimentava o firme desejo de levar sua pregação ao Norte e ao Nordeste do Brasil, seguindo o itinerário que já havia traçado, durante suas viagens para a campanha de defesa do Serviço Militar. Mas no apagar de 1918, quando a cidade do Rio de Janeiro se preparava para um novo ano, correram sentidas lágrimas pela notícia da morte do querido poeta. A mesma carreta de artilharia que servira para transportar o corpo de Osório para o cemitério, conduziu Bilac ao sepulcro. Na sua eternidade, a Pátria reverenciará sempre aquele que, com o coração e a ação, mostrou aos brasileiros a nobreza do dever militar” (Exército Brasileiro, 2019, n.p.).

4.2.3 Diretoria de Serviço Militar (DSM)

Esta diretoria é o

[...] Órgão Técnico-Normativo do Exército que tem como incumbência acompanhar e controlar as atividades dos órgãos regionais de planejamento, coordenação, execução e fiscalização do serviço militar, em todo o território nacional, bem como prestar assessoramento aos OSM em âmbito interno e externo (Exército Brasileiro, s.d., p. 6).

Sua criação está datada de 5 de setembro de 1906, com necessidade de um órgão gestor de um sistema direcionado à seleção de jovens para o ingresso nas atividades militares, por meio do recrutamento militar; tem sede em Brasília-DF e está subordinada diretamente ao DGP.

Para Lima (2010), este órgão técnico-normativo tem característica peculiar, pois “[...] é todo informatizado, com suporte eletrônico que fornece processamento de todas as fases do recrutamento, além de facilitar os contatos entre os órgãos responsáveis pelo gerenciamento do Serviço Militar nos diversos escalões administrativos” (Lima, 2010, p. 56).

Na descrição institucional da DSM, em sua própria página de internet está escrito:

Alinhada ao cenário de constantes e aceleradas transformações sociais e tecnológicas, a DSM revela-se de fundamental e indispensável valor estratégico para que a Força Terrestre disponha de profissionais eficientes e eficazes, fruto da melhoria de seus processos, possibilitando o enfrentamento dos desafios inerentes ao mundo contemporâneo (DSM, 2021, n.p.).

4.2.4 Seção de Serviço Militar Regional (SSMR)

A Portaria n.º 326-DGP, de 23 de dezembro de 2019, aprova a regulamentação desta seção. O Caderno de Orientação do DGP (Exército Brasileiro, s.d), assim descreve:

Órgão regional de planejamento, coordenação, execução e fiscalização do serviço que são encarregados das atividades de serviço militar em suas áreas administrativas, em ligação com os Distritos Navais (DN), Serviços de Recrutamento e Preparo de Pessoal (SEREP), Polícias Militares (PM) e Corpos de Bombeiros Militares (CBM) (Exército Brasileiro, s.d., p. 7).

Logo em seguida, o mesmo Caderno destaca as 12 SSMR distribuídas nos diversos estados brasileiros. No caso da SSMR/9, interesse desta pesquisa, está situada no endereço da Avenida Duque de Caxias, n.º 1628, Amambaí, Campo Grande-MS, CEP: 79210-400.

Quanto às incumbências e subordinações da SSMR, até chegar à seleção dos conscritos, segue a ordem:

Em cada uma das Regiões Militares existe uma Seção do Serviço Militar Regional (SSMR), responsável pelo gerenciamento do sistema do Serviço Militar na área sob sua jurisdição. Em sua tarefa, é assessorada pela Circunscrição do Serviço Militar (CSM), que, por sua vez, possui a incumbência de fiscalizar o trabalho das Delegacias do Serviço Militar (Del SM) existentes na sua área de atuação. As Delegacias coordenam os trabalhos das Juntas do Serviço Militar (JSM) espalhadas pelos municípios e são administradas pelas prefeituras municipais. As Juntas são os órgãos com os quais os jovens tomam os primeiros contatos com o Serviço Militar, através da realização do alistamento (Lima, 2010, p. 56).

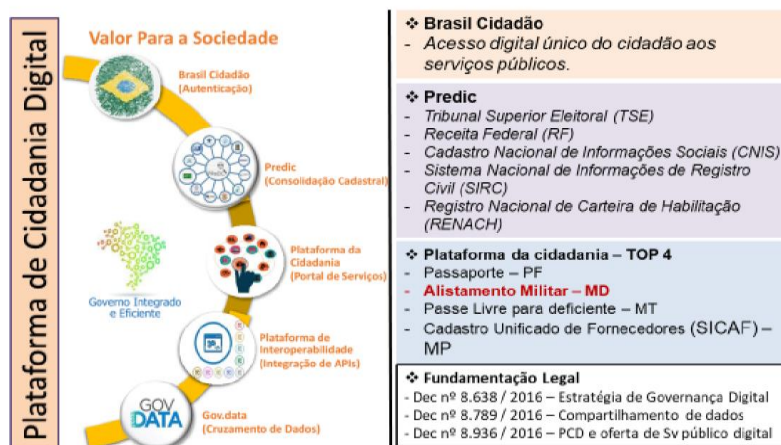
4.2.5 Posto de Recrutamento e Mobilização (PRM)

A Portaria GM-MD n.º 5.089, de 10 de dezembro de 2021, que ratifica e aprova o Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar Inicial nas Forças Armadas em 2023, normaliza: “Posto de Recrutamento e Mobilização (PRM) fiscalizará e executará as atividades de convocação e alistamento da sua área de responsabilidade” (Ministério da Defesa, p. 8).

4.2.6 Plataforma Digital e Alistamento On-line

A estrutura da Plataforma de Cidadania Digital é apresentada na Figura 3 abaixo:

Figura 3 – Estrutura da Plataforma de Cidadania Digital



Fonte: Ministério da Defesa (2018)

A seguir, pode-se perceber que o alistamento militar tem uma página própria, em que o cidadão que deve se alistar segundo a obrigatoriedade poderá fazê-lo e ainda consultar o andamento do seu processo. Esta ação digital, segundo Cunha (2018) está fundamentada no Decreto n.º 8.638, de 15 de janeiro de 2016, que instituiu a Política de Governança Digital (PGD):

[...] no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, que por meio da Estratégia de Governança Digital (EGD) definiu metas, indicadores e iniciativas distribuídas em três pilares: acesso à informação; prestação de serviços; e participação social (Cunha, 2018, pp. 21-22).

O Decreto n.º 8.936, de 19 de dezembro de 2016, instituiu a plataforma digital chamada de Plataforma de Cidadania Digital que tem como objetivo a prestação de serviços públicos digitais, ampliando os horizontes dos cidadãos brasileiros aos serviços públicos digitais, inclusive por meio dos dispositivos móveis: tablete, celulares, etc., podendo ser acessada pelos brasileiros residentes no Brasil e os que estão no exterior.

Dentre as finalidades, está a da integração entre os órgãos gestores e as entidades envolvidas na prestação de serviço público. Para tanto, foi criado o Comitê Gestor da Plataforma de Cidadania Digital, que será presidido pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (Cunha, 2018).

Em matéria do jornal O Estado de MS On-line, escrita por Brenda Leitte (O Estado de MS On-line, 2023) veio estampada uma manchete jornalística intitulada “Cresce o número de alistamento on-line para serviço militar na Capital”. Foi postada no dia 26 de junho de 2023, relatando o crescimento expressivo na modalidade on-line por ter uma maior facilidade de acesso:

Para facilitar, pela internet, o serviço é oferecido, como forma de incentivar a todos a não deixarem de cumprir com as obrigações. ‘Hoje, o que mais temos é o alistamento on-line. Os números foram crescendo, cada vez mais, tendo em vista ser mais prático, rápido e sem ter que comparecer aqui para realizar o serviço’, afirmou ela [Silvia Azevedo de Matos, secretária da Junta de Serviço Militar de Campo Grande]. De acordo com a Junta de Serviço Militar da Capital, em 2021, foram 6.787 alistados e, no ano passado, foram registrados 6.563 alistamentos (O Estado de MS On-line, 2023, n.p.).

Até o presente momento da publicação, foram inscritos “5.511 jovens alistados” (O Estado de MS On-line, 2023, n.p.), com expectativa de aumento.

4.3 Recrutamento nas cidades de Corumbá/Ladário de 2022/2023: dos números às atividades

Dentro das fases de apresentação ao Serviço Militar, completados os 18 anos, existem os órgãos responsáveis para a realização; como descrito acima, existe a plataforma digital. Mas existem também os órgãos físicos para a apresentação presencial, caso o jovem deseje comparecer pessoalmente para efetuar o alistamento, quando preencherá a Ficha de Alistamento Militar (FAM) e receberá o Certificado de Alistamento Militar (CAM), possuidor de um número denominado de Registo de Alistamento (RA).

A página *web* oficial da Prefeitura Municipal de Corumbá-MS dispõe da nota de utilidade pública para o comparecimento dos conscritos para o SMO. A Junta Militar do município é o órgão ligado diretamente com o Alistamento Militar, previsto em lei, como descreve Kuhlmann (2001):

As Delegacias de Serviço Militar – DeISM – são órgãos de execução, controle e fiscalização do Serviço Militar; subordinadas às CSM em cujo território tenham sede e abrangem uma ou mais Juntas de Serviço Militar – JSM. As Juntas de Serviço Militar são órgãos executores do Serviço Militar nos Municípios Administrativos, estando subordinadas doutrinariamente às Delegacias de Serviço Militar e, administrativamente, à Prefeitura Municipal (Kuhlmann, 2001, p. 81).

As normas que regem as Juntas Militares estão na Portaria n.º 326 – DGP, de 23 dez. 2019 – Normas Técnicas para o Funcionamento das Juntas de Serviço Militar (Exército Brasileiro, s.d.), com as informações completas: horário e local de funcionamento, documentos exigidos e telefones disponíveis, para o alistamento dos futuros ingressos nas Forças Armadas ou dispensados com o cumprimento das obrigações decorrentes da Lei do Serviço Militar.

4.4 Legislação de referência do Serviço Militar Inicial Obrigatório

A seguir, serão elencadas as legislações referentes ao SMO, disponíveis no Caderno de Orientações do DGP – Serviço Militar –, nas páginas 25 e 26, que seguem:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 out. 1988;
- b) Lei n.º 3.282, de 10 out. 1957 (Amparo do Estado aos Conscritos);
- c) Lei n.º 4.375, de 17 ago. 1964 (Lei do Serviço Militar – LSM);
- d) Lei n.º 5.292, de 8 jun. 1967 (Lei de Prestação do Serviço Militar pelos estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários – MFDV);

- e) Lei n.º 7.115, de 29 ago. 1983 (Prova documental de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes);
- f) Decreto n.º 57.654, de 20 jan. 1966 (Regulamento da Lei do Serviço Militar – RLSM);
- g) Decreto n.º 60.822, de 7 jun. 1967 (Instruções Gerais para Inspeção de Saúde dos Conscritos nas Forças Armadas – Igisc);
- h) Decreto n.º 63.704, de 29 nov. 1968 (Regulamento da Lei de Prestação do Serviço Militar pelos estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários – RLMFDV);
- i) Decreto n.º 66.949, de 23 jul. 1970 (Instruções Gerais para a Coordenação da Conscrição nas Forças Armadas – IGCCFA);
- j) Portaria n.º 816, de 11 out. 1983 (Instruções Gerais para o Processamento e Solução dos Pedidos de Eximção do Serviço Militar por Convicção Religiosa);
- k) Portaria n.º 044, de 7 fev. 2008 (Normas para Convocação, Seleção e Incorporação de Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários no âmbito do Exército Brasileiro);
- l) Portaria n.º 015 – DGP, de 6 fev. 2012 (Normas Técnicas para as Comissões de Seleção);
- m) Portaria n.º 037 – DGP, de 14 mar. 2012 (Normas Técnicas para a Incorporação e Matrícula nas Organizações Militares da Ativa e Órgãos de Formação da Reserva);
- n) Portaria n.º 036 – DGP, de 14 mar. 12 (Normas Técnicas para a Avaliação e Distribuição de Conscritos);
- o) Portaria n.º 326 – DGP, de 23 dez. 2019 (Normas Técnicas para o Funcionamento das Juntas de Serviço Militar);
- p) Portaria n.º 327 – DGP, de 23 dez. 2019 (Normas para o Funcionamento dos Postos de Recrutamento e Mobilização – PRM);
- q) Portaria n.º 165 – DGP, de 7 nov. 2011 (Normas para o Funcionamento dos Órgãos de Serviço Militar em Tempo de Paz – NT 01-DSM);
- r) Portaria n.º 260, de 26 maio 2000 (Define atribuições e procedimentos relativos ao Sistema de Incorporação e Licenciamento) (Exército Brasileiro, s.d., pp. 25-26).

4.5 Análise e relatório das atividades da comissão de seleção das FFAA de Corumbá/Ladário – Classe convocada: 2004

Obedecendo ao que prescreve a Portaria n.º 01 5-DGP, de 6 fev. 2012 e PRC-2023, da 9ª Região Militar (RM), o presente relatório tem por finalidade informar ao Serviço Militar Regional da 9ª Região Militar sobre as atividades desenvolvidas pela Comissão de Seleção n.º 4 do ano de 2022. As informações seguintes são da Comissão de Seleção das Forças Armadas (CSFA) da 18ª Brigada de Infantaria de Pantanal (18 Bda Inf Pan), adquiridas diretamente da pasta pessoal do presidente da CS. Para a referência fonte será citada da seguinte forma – CS, 2022.

Entre os objetivos da CS, estão (CS, 2022):

- a. Realizar a seleção dos conscritos apresentados, dando-lhes o destino final segundo os resultados obtidos no decorrer da seleção;
- b. Selecionar os recrutas a serem incorporados em 2023, visando atender, da melhor forma possível, às necessidades das Organizações Militares;
- c. Avaliar os conscritos quanto aos aspectos físico, sanitário, cultural, psicológico, social, moral e profissional, de forma a permitir que os convocados para a prestação do Serviço Militar Inicial sejam aproveitados de acordo com suas aptidões e as necessidades da Força;
- d. Zelar para que a seleção não se configure em discriminação aos não convocados;
- e. Tratar o conscrito com respeito, consideração e com o melhor atendimento em todos os Postos de Seleção, haja vista ser, para a maioria dos conscritos, o único contato realizado com as Forças Armadas;
- f. Observar as instruções reguladoras sobre o funcionamento das Comissões de Seleção e da legislação sobre o Serviço Militar;
- g. Eliminar a interferência de pessoas estranhas aos trabalhos da CS;
- h. Cumprir os prazos constantes do PRC/9ª RM quanto à remessa de documentos;
- i. Observar oportunidades de melhoria no sistema, colaborando para o aperfeiçoamento de trabalhos futuros (CS, 2022, n.p).

Na organização da CS, foram escolhidos militares das três Forças: MB, EB e FAB, uma vez que, dentre os conscritos, estão os aptos “A”, e serão distribuídos entre as FA presentes nas cidades de Corumbá-MS e Ladário-MS. Para a validade desta comissão, foi publicado em Boletim Interno tal designação.

Segue a ordem:

- a) Presidente e Vice-Presidente: 1 Capitão do Cmdo 18ª Bda Inf Pan e 1 Tenente da Cia C 18ª Bda Inf Pan;
- b) Posto de Apresentação (PA): 1 Tenente da 18ª Cia Com, 3 Sargentos – 18ª Cia Com, 17º B Fron e Cia C 18ª Bda Inf Pan, 3 Cabos – Cia C 18ª Bda Inf Pan, 18ª Cia Com e 17º B Fron, 4 Soldados – 17º B Fron, MB, FAB e 18ª Cia Com;
- c) Posto de Inspeção de Saúde/Posto de Exame Físico (PIS/PEF): 1 Capitão da Cmdo

18ª Bda Inf Pan, 3 Tenentes – MB, Cmdo 18ª Bda Inf Pan, MB, 2 Sargentos – MB e Cia C 18ª Bda Inf Pan, 2 Cabos – MB;

d) Posto de Entrevista: 1 Tenente do 17º B Fron, 2 Suboficial da MB, 3 Sargentos – MB, 17º B Fron e FAB;

e) Posto de Controle de Dispensados (PCD): 2 Cabos – MB;

f) Posto de Controle de Seleção (PCS): 1 Tenente do 17º B Fron, 1 Cabo da Cia C 18ª Bda Inf Pan (CS, 2022, n.p).

Quanto ao período, horário e local de funcionamento – atendimento dos conscritos – realizado de 2 de agosto de 2022 a 12 de setembro de 2022, das 7h às 17h, no espaço Circuito Militar Casarão (Clube do Exército) situado na Rua Firmo de Matos, 870 – Centro – Corumbá-MS.

Quanto ao funcionamento da CS, utilizou-se um livro registro de presença que ficava no PA, assim, todos os presentes assinavam esse livro, ainda no PA foi impressa uma ficha de anamnese e uma ficha auxiliar de seleção, ambos os documentos eram preenchidos pelos conscritos, que também recebiam um crachá com numeração correspondente à ordem de chegada. Após passarem no circuito da Comissão de Seleção, os aptos eram encaminhados ao PCS onde assinavam o ‘Termo de Responsabilidade e Compromisso’, impresso no Sermil no primeiro dia de comissão, os conscritos considerados inaptos eram encaminhados ao PCD e assinavam um livro controle de dispensados, também recebiam a GRU da taxa de emissão do CDI (SFC) e eram orientados a buscarem a Junta de Serviço Militar após o pagamento da GRU (CS, 2022, n.p.).

Em relação à Análise Final da Seleção, detalhada por Município, apresenta-se, na Tabela 1 abaixo, o seguinte:

Tabela 1 – Análise Final da Seleção

ANÁLISE FINAL DA SELEÇÃO					
Resumo das apresentações na CS por município					
Município	Quantidade				
	Precisão de apresentação	Apresentados	Faltas	Inaptos	Aptos à distribuição
Corumbá-MS	636	609	27	152	457
Ladário-MS	128	123	5	25	98
Totalização	764	732	*32	177	555
*Observação: apesar da previsão (agendamento no Sermil) de recebimento de 764 conscritos, o número de conscritos que faltaram à comissão é superior ao relatado acima, haja vista que além desse efetivo previsto de 764, recebemos na CS 71 refratários que não constavam na agenda.					

Fonte: elaboração do autor, segundo informações da CS (2022)

Para esta CS, foram identificados vários aspectos positivos, destacados abaixo (CS, 2022):

O Comprometimento com a missão de todos os integrantes da CS; O contato cerrado com a secretária da Junta de Serviço Militar do município, inclusive com a presença da servidora junto a CS diariamente no período da manhã; O uso de uma impressora na CS, de forma para ‘facilitar’ para o conscrito, o PCD já imprimia a GRU da taxa do CDI, a fim de que o cidadão não precisasse ir na junta duas vezes, ele paga a GRU e vai dar entrada no Certificado da Junta. Impressão de todas as fichas necessárias para a passagem do cidadão na CS (anamnese, triagem, entrevista), dessa forma que quando Sermil ‘caía’ a CS continuava no ‘papel’ e as informações eram lançadas no sistema assim que retomava. Semanalmente tentava-se contato telefônico com os faltantes da semana e solicitava-se o comparecimento na semana posterior (CS, 2022, n.p.).

No entanto, identificou-se a oportunidade de melhoria no quesito de que “[...] o Sermil caiu reiteradas vezes ao longo da CS” (CS, 2022, n.p.). Não se identificou nenhum grau de recurso por parte dos conscritos.

Juntamente com a CS, está a Junta de Inspeção de Saúde (JIS). O período, os horários e o local de funcionamento foram os mesmos da CS. Abaixo, será apresentado o Relatório das Inspeções de Saúde, dados quantitativos e qualitativos, adquiridos também a partir da pasta pessoal do Presidente da CS.

No relatório foram identificadas três finalidades (CS, 2022):

- a) contribuir para uma análise dos resultados das inspeções de Saúde de conscritos;
- b) sugerir medidas para as futuras inspeções;
- c) concluir sobre a situação física dos inspecionados.

Para a composição da JIS, foram nomeados – publicado em Boletim Interno da 18ª Bda Inf Pan – a seguinte quantidade de militares: 1 Capitão Dentista, 1 Tenente Dentista, 2 Tenentes Médicos, 2 Sargentos Técnicos de Enfermagem e 2 Cabos Auxiliares de Saúde.

Em relação aos aspectos de apreciação dos inspecionados – aspectos de conjunto – teve uma qualificação boa, “[...] permitindo uma seleção satisfatória sob o ponto de vista médico e odontológico” (CS, 2022, n.p.). No quesito “Dentição”: “Boa. A maioria dos conscritos apresentou um bom quadro de saúde bucal, com poucas ocorrências de má-higiene” (CS, 2022, n.p.). Para o estado de nutrição, a “[...] maioria apresentou variação dentro da normalidade, encontrando desde indivíduos com parcial comprometimento do desenvolvimento físico até uma razoável parcela de obesidade” (CS, 2022, n.p.). Ainda na prática de Higiene, “[...] maioria apresentou variação dentro da normalidade, encontrando desde indivíduos com parcial comprometimento do desenvolvimento físico até uma razoável parcela de obesidade” (CS, 2022, n.p.). Por fim, dentro de “outras apreciações” foram detectadas razoáveis conscritos com tatuagem, mas sem impedimento para aptidão (CS, 2022).

Na Tabela 2 a seguir, será apresentado o resultado das Inspeções (CS, 2022) das mesmas cidades de Corumbá/Ladário:

Tabela 2 – Resultado das Inspeções, com as devidas porcentagens

RESULTADO DAS INSPEÇÕES	
a. Número de Sessões = 25 (vinte e cinco)	
b. Número (quantidade e porcentagem de aptos, em relação ao total de inspecionados):	
1) Total de inspecionados = 651	
2) Aptos “A” = 528	
3) Porcentagem = 81,10%	

Fonte: elaboração do autor, segundo informações da CS (2022)

Na Tabela 3 que segue, será demonstrada a realidade dos conscritos em relação aos incapacitados. A legenda das fórmulas utilizadas foi adquirida com um tenente-médico da Cia C 18ª Bda Inf Pan. Estes que apresentaram a incapacidade não se apresentam para realização da aptidão física, tendo seu relatório de inapto publicado e conseqüentemente dispensado do SMO:

Tabela 3 – Incapacidade para o Serviço Militar

Números (quantidade e porcentagem de Incapazes e Isoladamente):		
Incapacidades	Quantidade	Porcentagem
B1	37	27,40%
B2	82	60,74%
C	4	2,96%
K	12	8,88%
Quantitativo dos diagnósticos de incapacidade (mais frequentes)		
CID	QUANTIDADE	
K02.9	25	
J45	12	
K07.4	9	
E66	7	
K08.1	6	
G40	6	
M21	5	
K07.3	4	
H52.1	4	
Demais CIDs	41	

Fonte: elaboração do autor, a partir da CS (2022)

A seguir, na Tabela 4, será exposto o significado de cada elemento, suas características principais, usado pelos médicos pertencentes ao EB que compuseram a equipe de CS e JIS:

Tabela 4 – Legenda para a Tabela 3

Incapazes Isoladamente

B1	Necessita de afastamento com previsão de recuperação dentro de até 1 ano (curto prazo)
B2	Incapaz temporariamente por doença ou lesão recuperável, porém de longo prazo (superior a um ano)
C	Incapaz definitivamente por doença ou lesão incurável e incompatível com serviço militar
K	Incapaz por ser arrimo familiar, problema social ou inapto ao teste de sondagem inicial
Incapacidade	
CID	Código Internacional de Doença (usado por dentista e pessoal de saúde)
K02.9	Cárie dentária, sem especificação
J45	Asma
K07.4	Mal oclusão (anomalia dentofacial)
E66	Obesidade
K08.1	Perda de dente por acidente ou extração
G40	Epilepsia
M21	Deformidade em membros
K07.3	Anomalia na posição do dente
H52.1	Míope
Demais CIDs	Não mencionado

Fonte: elaboração do autor

Como conclusão da JIS, na aplicação do método usado pelas FFAA, como requisito para seleção, nota-se que

[...] materiais e métodos adotados nesta CS foram satisfatórios para o bom andamento dos trabalhos, permitindo aos profissionais da JIS realizarem a inspeção odontológica e médica, assim como as medições antropométricas dos conscritos, alimentando o sistema SERMILWEB com esses dados obtidos (CS, 2022, n.p.).

Na Tabela 5 abaixo, observaremos a distribuição do efetivo recrutado entre as FFAA para 2022/2023:

Tabela 5 – Efetivo de 2022/23

Distribuição do efetivo recrutado para o ano 2022/2023 entre as FFAA			
Marinha do Brasil/Ladário	6º Distrito Naval	122	122
Exército Brasileiro/Corumbá	17º B Fron	128	205
	Cia C 18ª Bda Inf Pan	58	
	18ª Cia Com	12	
	18º Pel PE	7	
Força Aérea Brasileira/Corumbá	DTCEAR-CR	3	3
Total			330

Fonte: elaboração do autor

Ao fazer a análise financeira e projeção de crescimento social da população local, a partir do contracheque de um militar, sem identificação, dentro de 1 ano de trabalho de um militar recrutado, podem-se perceber dois elementos que devem ser levados em conta para a

compreensão do recebimento final: os lançamentos de Receitas e Despesas. A Análise a seguir está pautada no período de 2022 e 2023, anos de estudos do recrutamento nesta pesquisa.

Nos lançamentos das Receitas, o Soldo – correspondente a salário/verbas – é de R\$ 1.078,00. Uma vez que serve em área de fronteira (LOC ESP A), ou seja, Guarnição Especial (GU ESP), que é o caso de Corumbá e Ladário, o militar recebe um aumento chamado de Gratificação de Localização Especial A (GRAT LOC ESP A) no valor de R\$ 215,60, corresponde a 20% sobre o soldo. Juntamente com estes dois valores, também recebe um Adicional de Compensação de Disponibilidade Militar (AD C DISP MIL) no valor de R\$ 53,90. Vale salientar que este adicional tem o objetivo de remunerar a disponibilidade permanente e dedicação exclusiva do militar no decorrer de sua carreira, ato previsto em Lei. Nestas três receitas, totaliza-se o valor de R\$ 1.347,50.

Dentre as Despesas, estão previstos Pensão Militar – Militar Temporário – o valor correspondente a R\$ 118,85 e, caso o militar opte voluntariamente a aderir o Seguro FUSEx – Fundo de Saúde do Exército – FHE SEG GRAT –, no valor de R\$ 0,01. Totalizam-se as despesas de R\$ 118,86.

O valor líquido, ou seja, o que estará na conta do militar, será de R\$ 1.228,64. A seguir, na Tabela 6, será apresentado o contracheque, sem identificação militar para melhor compreensão da realidade:

Tabela 6 – Contracheque, sem identificação do militar

Lançamentos Receitas			Despesas		
Código	Descrição	Valor	Código	Descrição	Valor
NR0001	Soldo	1.078,00	ND0039	Pensão Militar – Militar Temporário	118,85
NR0007	GRAT LOC ESP A	215,60	ND0521	ZGV – FHE SEF GRAT	0,01
NR0170	AD C DISP MIL	53,60			
Total receitas		1.347,50	Total despesas		118,86
Total líquido			1.228,64		

Fonte: elaboração do autor, segundo informações da Seção de Pagamento do Exército da 18ª Bda Inf Pan

Assim sendo, numa projeção financeira, como na Tabela 7 a seguir, multiplicando o pagamento mensal de todos os soldados recrutados, dentro de 12 meses, teria o valor:

Tabela 7 – Cálculo de valores recebidos pelos soldados recrutados

Soldo (mensal)	R\$ 1.228,64	Mil, duzentos e vinte e oito reais e sessenta e quatro centavos;
12 (meses)	x R\$ 14.743,68	Quatorze mil, setecentos e quarenta e três reais e sessenta e oito centavos;
330 (recrutados)	= R\$ 4.865.414,40	Quatro milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e quatorze reais e quarenta centavos.

Fonte: elaboração do autor

Pode-se dizer que o valor acima mencionado, de apenas um grupo pequeno das Forças Armadas, faz grande diferença no desenvolvimento financeiro local. Salários movimentam a economia local mais pela estabilidade do que pelo valor (no caso dos militares de carreira com patentes superiores, que ganham melhor). Se colocar em pauta os engajados – até oito anos de serviço: soldados EP, Cabos, Sargentos Temporários, Oficiais Temporários e demais Praças e Oficiais de Carreira, o rendimento na economia das cidades circunvizinhas é bem maior. Portanto, conclui-se que a presença das FFAA na área de Fronteira tem uma relevância imensurável em todos os campos: financeiro, preservação da fauna e da flora, preservação da Fronteira Oeste, social, etc.

4.6 Emprego da Diretriz de Instrução Militar – DIM (2023) – e o Ano de Instrução 2022/2023

A Diretriz de Instrução Militar – DIM (2023) – empregada no âmbito da 18ª Bda Inf Pantanal tem como finalidade guiar os Combatentes do Pantanal no emprego da Lei e da Ordem. Assim destaca da DIM (2023):

Orientar a Instrução Militar (IM), no âmbito desta Grande Unidade, à luz do Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB), em sua versão mais recente, e do Programa de Instrução Militar (PIM) (EB70-P-11.001, 2023), levadas em consideração as peculiaridades do ambiente operacional e premissas da Concepção de Preparo e Emprego da Força Terrestre para o ano de 2023 (DIM, 2023, p. 3).

Entre os seis objetivos integrados na DIM 2023, dois se sobressaem e corroboram para o direcionamento desta pesquisa. O primeiro, numerado 2.1.1, assim objetiva: “Definir o Cronograma de Instrução para o ano em questão e suas condições de execução, visando obter elevados padrões de desempenho na IM e atividades afins, com o objetivo de atender às necessidades operacionais da 18ª Bda Inf Pan” (DIM, 2023, p. 3). E o segundo, 2.1.5: “Apresentar e regular as atividades de Coordenação do Ano de Instrução” (DIM, 2023, p. 3).

A respeito do Ano de Instrução, a DIM (2023) traz a dimensão do período de formação:

1.6.4 O Ano de Instrução do Grupamento ALFA (que enquadra toda a 18ª Bda Inf Pan) inicia na primeira semana de março de 2023 e finaliza na quarta semana de fevereiro de 2024. Dessa forma, serão 52 (cinquenta e duas) semanas de instrução;

1.6.5 Considerando a conscrição, o Ano de Instrução inicia na incorporação e termina na semana que seria a segunda baixa (DIM, 2023, p. 7).

Nesse período, os novos integrantes das FFAA recebem formação em período integral, sem interrupção. A formação torna-se prioridade, como define a DIM (2023):

1.6.7 O Adestramento é a prioridade da Instrução Militar, sendo a atividade mais importante no Ano de Instrução;

1.6.8 A Capacitação Técnica e Tática do Efetivo Profissional (CTTEP) deverá ser inserida, obrigatoriamente, no Ano de Instrução, aproveitando as diversas fases (DIM, 2023, p. 8).

Entre as atividades mais desenvolvidas e que estão prescritas em Quadro de Tarefas Semanais (QTS) estão: exercício físico para obtenção do índice mínimo na Barra e Abdominal Supra; instrução sobre postos e graduações; instrução de Manuseio de Armamento; instrução de Gda ao Qrtl – Guarda ao Quartel; combate corpo a corpo; instrução de Tiro; treinamento Físico Militar; instrução sobre Cuidado da Saúde Mental; formação sobre Religiosidade/Espiritualidade; instrução de montagem de abrigo; marcha de 8 e 12 km; obtenção de água e fogo; obtenção de alimentos de origem animal e vegetal; captura de ofidismo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que originou esta Dissertação abordou o recrutamento militar do Exército Brasileiro na Fronteira Brasil-Bolívia, tendo como foco o Serviço Militar Obrigatório atrelado à Estratégica Política de Segurança e Desenvolvimento na região fronteira, do lado brasileiro, as cidades de Corumbá e Ladário, e do lado boliviano, Puerto Quijarro e Puerto Suárez. A essência dessas cidades está pautada na reciprocidade de interesse econômico, social, religioso e, sobretudo, na troca de experiência da compra e venda de produtos. Não falam o mesmo idioma, mas se comunicam de maneira satisfatória; aqui chamaram-se cidades semiconurbanas.

Como em toda fronteira, esta não é diferente; existem os entraves que muitas vezes não permitem imperar a harmonia, mas existem, mesmo assim, interesses de viver uma reciprocidade interativa.

Por fronteira, entendeu-se um espaço de controle de livre acesso em até 150 km ao longo da territorialidade nacional. No caso do Brasil, essa fronteira compõe uma extensão por terra de quase dezessete mil quilômetros no espaço geográfico. Neste contexto, diversos autores e pesquisadores, nacionais e internacionais, enriqueceram o olhar da pesquisa, por meio das diferentes abordagens teóricas e metodológicas.

Cabe ressaltar a importância da fronteira de Corumbá-MS, cidade foco da pesquisa, conhecida como “Capital do Pantanal”, por atingir grande parte do território pantaneiro. Criada em 21 de setembro de 1778, tornou-se grande polo do comércio, sendo elo com diversas cidades do País e também de outros países, como a Bolívia, a Argentina, o Paraguai, o Uruguai, dentre outros, seja por via de linha férrea, seja por via fluvial, que tem como canal principal o rio Paraguai. No caso de fronteira terrestre, aqui chamou-se fronteira seca, sendo destacado o acesso livre.

Também conhecida como “Cidade Branca”, tendo sua edificação sob uma formação de calcário, e “Cidade Portuária”, pelo importante Porto no centro da cidade que liga esta ao rio Paraguai, foi palco de inúmeros acontecimentos, inclusive aqueles que colaboraram para a construção destas páginas, a Guerra da Tríplice Aliança, em que se envolveram os países da Argentina, do Paraguai, do Uruguai e do Brasil, entre os anos de 1864 a 1870, com a derrota do Paraguai, invasor e que era possuidor das terras corumbaenses por um período de dois anos.

Neste sentido, o Exército Brasileiro teve um papel importante para expelir o inimigo e retomar as terras e integra-las à nação brasileira. A criação do EB está pautada na epopeia de Guararapes (1648), em que brancos, negros e índios, diga-se a gente brasileira, afloraram um

sentimento nativista quando expulsaram os invasores estrangeiros, sobretudo diante da colonização portuguesa.

Décadas depois, com edificação lenta e pautada pelas políticas do País, nasce uma nação representada em armas pelas lutas de sobrevivência, conquista e manutenção da Nação Brasileira. Uma verdadeira simbiose tática em benefício de toda a posteridade: de Guararapes à consolidação na Independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822.

A chegada do Exército à cidade de Corumbá teve seu início em Cuiabá, Mato Grosso, com tropas vindas de diversas partes do Brasil. No sul de Mato Grosso, hoje conhecido como Mato Grosso do Sul, os conflitos se iniciaram a partir do combate no Forte de Coimbra, atualmente pertencente ao município de Corumbá, quando as tropas paraguaias apossaram-se do Forte, que posteriormente foi retomado, tendo como comandante Ricardo Franco.

Dentre vários eventos ocorridos no sul de Mato Grosso, foram descritos: a morte de Antônio João e seus companheiros no posto militar na cidade de Dourados-MS; a ocupação da Vila de Corumbá; a expulsão dos inimigos do sul de Mato Grosso e a retirada da Laguna; e a Retomada de Corumbá datada de 13 de junho de 1867, após dois anos de ocupação dos paraguaios, com a vitória de Antônio Maria Coelho, militar e político.

Dentro da história de Corumbá, está a criação e edificação da 18ª Brigada de Infantaria de Pantanal, criada em 31 de dezembro de 1921, inicialmente Brigada Mista, depois Brigada de Infantaria de Fronteira e, por fim, Brigada de Pantanal.

Ao longo da pesquisa, foram apresentadas diversas atividades desenvolvidas pelo Exército nas cidades de Corumbá/Ladário, a começar pelo processo de recrutamento militar. Neste interim, foi apresentado o trabalho da Comissão de Seleção (CS) e da Junta de Inspeção de Saúde (JIS), compostos por membros das três Forças Armadas (FFAA): Marinha do Brasil, presente do 6º Distrito Naval na cidade de Ladário; Exército Brasileiro, presente na cidade de Corumbá, com a 18ª Bda Inf Pan e 17º B Fron; e também a Força Aérea Brasileira, com a presença do Destacamento Aéreo na cidade de Corumbá.

A partir dos dados coletados, ficou evidenciada significativa expansão na procura para o ingresso nas FFAA, sendo designado um maior número de recrutados para o Exército. E, assim, tornou-se necessário uma descrição das atividades relacionadas ao processo de recrutamento: quais as missões que os jovens recrutados entre os anos de 2022 e 2023 – a começar em fevereiro/2022 e terminado em fevereiro e março/2023 – tiveram de cumprir, tendo como fundamento o emprego da Diretriz de Instrução Militar (DIM).

Corroborou com a pesquisa o item que descreve a contribuição financeira para o município de Corumbá, a partir do Soldo – salário – dos militares recrutados. Foi feita uma

projeção econômica, em cálculos, somando todos os militares, o que ganha cada um, multiplicando pelo período de um ano. O resultado evidencia a satisfação do crescimento econômico para o comércio financeiro local. Neste sentido, a *website* da Prefeitura de Corumbá (2011) destaca:

A cidade abriga a 18ª Brigada de Infantaria de Fronteira e o 17.º Batalhão de Fronteira. Ao todo, as duas organizações militares empregam mais de 1,1 mil homens que contribuem para a circulação de capital no comércio local, além de aquecer o mercado imobiliário, com a chegada de novos militares a cada ano. Além disso, torna-se uma oportunidade de primeiro emprego para centenas de jovens que se alistam em um dos dois quartéis, sendo que muitos acabam fazendo carreira na profissão militar (Prefeitura de Corumbá, 2011, n.p.).

Conclui-se que o serviço militar na área de fronteira é uma solução adequada e, em termos locais, uma honra para os jovens. Ainda que existam outras oportunidades, como a mineração e a pesca, o manuseio de armamento tornou-se um caminho de crescimento profissional e tradicional.

Conclui-se que a fronteira não é uma extensão vazia ou sem sentido, mesmo muitas vezes desprovida das grandes causas populacionais. Ela é, antes de tudo, potencializadora de oportunidades no tempo e no espaço, na paz ou na guerra. O que ela necessita mesmo é do amparo político e militar para a Defesa da Soberania Nacional e garantia da Lei e da Ordem em benefício da população e da segurança pública.

Estas foram conclusões a respeito do recrutamento militar em área de fronteira e a importância do Exército nas cidades de Corumbá/Ladário como ferramenta de criação de uma mentalidade de Defesa Nacional, que se dá com a formação constante (formação militar e formação profissional) dos membros pertencentes à Força. Com isso, espera-se que sirvam de dados para o Programa do Mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus do Pantanal – e também de contribuição para as próximas pesquisas de outros pesquisadores em Estudos Fronteiriços.

A dissertação escrita, como resultado de uma pesquisa, foi condensada por meio da própria sobrevivência na Força pelo autor, o Exército Brasileiro, presente em Corumbá-MS. Neste sentido, o Programa de Mestrado Profissional em Estudos Fronteiriços, está ligado ao Exército com o vínculo de conhecimento acadêmico.

REFERÊNCIAS

4ª BDA C MEC. **Histórico da 4ª Bda C Mec.** Exército Brasileiro – Comando Militar do Oeste, 9 fev. 2023. Disponível em: <https://4bdacmec.eb.mil.br/index.php/pt/historico-bdacmec - :~:text=Criada por meio do Decreto,na cidade de Campo Grande>. Acesso em: 12 ago. 2023.

18ª BDA INF PANTANAL. **Palestra sobre a “Evolução de Corumbá”.** Auditório da 18ª Bda Inf Pantanal. Capacitação Técnica e Tática do Efetivo Profissional (CTTEP), *slide* 15, Corumbá, 13 fev. 2023.

ALENCAR, Marcelo Sampaio de; ALENCAR, Thiago T.; GALDINO, Juraci Ferreira. **When Communications Entered the War.** Federal University of Campina Grande, Campina Grande, PB, Brazil Military Institute of Technology, Rio de Janeiro, Brasil, s.d. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/220016501_When_Communications_Entered_the_War. Acesso em: 14 fev. 2023.

ANDRES, Michele. Forte Junqueira. **Blogspot**, 8 de janeiro de 2012. Disponível em:
<http://micheleandres.blogspot.com/2012/01/forte-junqueira.html>. Acesso em: 22 fev. 2023.

BARCELLOS, Maj Inf Gabriel Amaral. **O serviço militar obrigatório como ferramenta para criação de uma mentalidade de Defesa Nacional na sociedade.** 45p. Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – Ciências Militares – Defesa. Rio de Janeiro-RJ, 2020.

BARROSO, Gustavo. **História Militar do Brasil.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial – Edições do Senado Federal, v. 192. Brasília, 2019.

BENTO, Cláudio Moreira. Forte de Coimbra: dois séculos de história, de fé e de glória. **Revista Militar Brasileira**, Brasília, n.º especial, v. CVII, pp. 45-87, 1975. Disponível em:
www.ahitb.org.br. Acesso em: 15 fev. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Presidência da República – Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Manual de Fundamentos do EB – Operações.** 4ª Edição. Brasília: EB, 2014.

BRASIL ESCOLA. **Bacia Platina.** Disponível em:
<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/bacia-platina.htm>. Acesso em: 22 mar. 2023.

BUENO, Chris. As guerras da Independência. **Ciência e Cultura**, v. 74, n.º 1, São Paulo, jan./mar. 2022.

CÂMARA DO DEPUTADOS. **Decreto n.º 1.754**, de 26 de abril de 1856. Legislação Informatizada – Publicação Original. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1754-26-abril-1856-571221-publicacaooriginal-94309-pe.html>. Acesso em: 11 fev. 2023.

CANCIAN, Elaine. A Vila de Corumbá e a Guerra Grande: algumas reflexões. **História: Debates e Tendências**, v. 15, n.º 2, pp. 398-410, jul./dez. 2015.

CMO – **COMANDO MILITAR DO OESTE**. Exército Brasileiro. Disponível em: <https://www.cmo.eb.mil.br/index.php/historico>. Acesso em: 13 fev. 2023.

CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRASIL, de 25 de março de 1824. *In*: CAMPANHOLE, Adriano; CAMPANHOLE, Hilton (Comp.) **Todas as constituições do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1971, p. 596.

COSTA, Edgar Aparecido da. Ordenamento territorial em áreas de fronteira. *In*: COSTA, Edgar Aparecido da; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado. (Org.). **Seminário de Estudos Fronteiriços**. 1ª ed. Campo Grande: Ed. UFMS, v. 1, 2009, pp. 61-78.

COSTA, Paulo Pitaluga e Silva; PROENÇA, Augusto César. **Verde Oliva**. Ano XLIV, n.º 236, pp. 25-27, abr. 2017.

CREMONESE-ADAMO, Camila. **Fronteira, mitos e heróis**: a criação e apropriação da figura do Tenente Antônio João Ribeiro no antigo sul de Mato Grosso. Dourados-MS: UFGD, 2010.

CS – Comissão de Seleção das Forças Armadas (CSFA) da 18ª Brigada de Infantaria de Pantanal (18 Bda Inf Pan). Pasta pessoal do presidente da CS, 2022.

CUNHA, Cel Antonio Carlos Cabral da. **O Aperfeiçoamento do Sistema de Mobilização de Recursos Humanos do Exército Brasileiro para os cidadãos que realizaram o Serviço Militar Obrigatório**. 73p. Trabalho de Conclusão de Curso – Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração Militar – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Escola Marechal Castello Branco, Rio de Janeiro, 2018.

DIÁRIO CORUMBAENSE. Forte Junqueira e Base Naval são declarados patrimônios culturais brasileiros. **Diário Corumbaense On-Line**, 16 set. 2014. Disponível em: <https://www.diarionline.com.br/?s=noticia&id=71319>. Acesso em: 26 jun. 2023.

DSM – DIRETORIA DE SERVIÇO MILITAR. **Institucional**. Confederação do Tiro Brasileiro/1906, 28 set. 2021 Disponível em: <http://dsm.dgp.eb.mil.br/index.php/pt/historico-da-dsm>. Acesso em: 28 jun. 2023.

DIM – DIRETRIZ DE INSTRUÇÃO MILITAR 2023. **18ª Brigada de Infantaria de Pantanal** (Brigada Ricardo Franco). Corumbá-MS, 2023.

DOURADOS NEWS. **Saiba como Dourados se tornou “Terra de Antônio João”**. Dourados, dez. 2011. Disponível em: <https://www.douradosnews.com.br/dourados/saiba-como-dourados-se-tornou-terra-de-antonio-joao/74920/>. Acesso em: 11 fev. 2023.

DPHCEX. **Forte Junqueira recebe visita do Diretor do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército**. S.d., n.p. Disponível em: <http://www.dphcex.eb.mil.br/noticias/776-forte-junqueira-recebe-visita-do-diretor-do-patrimonio-historico-e-cultural-do-exercito>. Acesso em: 2 ago. 2023.

DUARTE, Luís Sérgio. O conceito de fronteira em Deleuze e Sarduy. **Textos de História** – Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB, v. 13, n.º 1-2, pp. 17-26, 2012.

ESTADÃO. **Espanha recrutará estrangeiros para suas Forças Armadas**. Estado de S. Paulo, 3 mar. 2012. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/internacional/espanha-recrutara-estrangeiros-para-suas-forcas-armadas/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Caderno de Orientação DGP**. Departamento-Geral do Pessoal – DGP. S.d. Disponível em: <http://www.dgp.eb.mil.br/index.php/cadernos-de-orientacoes>. Acesso em: 18 jul. 2023.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Patrono**. 9ª Região Militar, 27 maio 2019. Disponível em: <https://9rm.eb.mil.br/index.php/patrono>. Acesso em: 5 maio 2023.

FERNANDES, Synésio Scofano. **Fortificações Brasileiras – Iphan**. Brasília, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/banco-de-pareceres/Banco_de_Pareceres_Tombamento_FORTIFICAOES_BRASILEIRAS.pdf. Acesso em: 26 jun. 2023.

FREITAS, Elisa Pinheiro de. Corumbá (MS) e as metamorfoses nas políticas brasileiras de ordenamento territorial e seus impactos na região de fronteira Brasil-Bolívia. **Geofronter**, Campo Grande, v. 1, n. 3, pp. 16-29, 2017.

FREITAS, Elisa Pinheiro de. **Mapa da Região de fronteira**. (Corumbá-Puerto Quijarro), 2022.

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. **Mato Grosso (1850-1889): uma Província na Fronteira do Império**. 164p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Economia da Unicamp. Campinas, 2001, p. 60.

GORGA, Eduardo Freitas. **Os impactos socioespaciais da presença do 17.º Batalhão de Fronteira para o município de Corumbá-MS/Brasil**. 118p. Dissertação Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus do Pantanal. Corumbá-MS, 2020.

GOVERNO DE MATO GROSSO. **Conheça a história de Mato Grosso desde o período colonial**. Gcom-MT, 2018. Disponível em: <https://www.mtprev.mt.gov.br/-/10074659-conheca-a-historia-de-mato-grosso-desde-o-periodo-colonial>. Acesso em: 28 jan. 2023.

GUIMARÃES, Vlademir de Freitas. **A fundação do Forte de Coimbra. Forte de Coimbra: História e tradição**. Ed especial: 1ª jornada cultura de Forte de Coimbra, 26 a 28 de julho de 2013, pp. 1-5.

KUHLMANN, Paulo Roberto Loyolla. **O serviço militar, democracia e defesa nacional: razões da permanência do modelo de recrutamento no Brasil**. 176p. Dissertação – Departamento de Ciências Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

LEWIS, Adrian R. O Serviço Militar Obrigatório, a República e o Futuro dos Estados Unidos. **Military Review**. Jan.-fev. 2010, pp. 73-82. Disponível em: https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/Portuguese/MilitaryReview_20100228_art012POR.pdf. Acesso em: 14 jul. 2023.

LIMA, João Maria de. **Serviço Militar Obrigatório no Brasil: uma reflexão atual das práticas e representações usadas na construção da identidade militar (2000-2008)**. Dourados-MS: UFGD, 2010.

MACEDO, Tibério Kimmel de. **A Engenharia Militar e o desenvolvimento do Brasil**. Adaptação: Luciano Rocha Silveira – Cel PTTC – Assessor de História Ch DEC. S.d. Disponível em: http://www.dec.eb.mil.br/historico/pdf/A_Engenharia_Militar.pdf. Acesso em: 30 jan. 2023.

MAESTRI, Mário. A invasão paraguaia do sul de Mato Grosso. **Contraponto: Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI, Teresina**, v. 4, n. 2, pp. 105-129, ago. 2015.

MARUGÁN, Guillermo Rivilla. **El fin de los sistemas de reclutamiento del antiguo régimen: la ley de 1837**. Universidad de Valladolid, s.d., pp. 145-192. Disponível em: <Dialnet-ElFinDeLosSistemasDeReclutamientoDelAntiguoRegimen-4962531.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.

MELLO, Raul Silveira de. **A epopeia de Antônio João**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1969.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Palestra do MD**, em 14 set. 2018.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Portaria GM-MD n.º 5.089**, de 10 de dezembro de 2021. Aprova o Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar Inicial nas Forças Armadas em 2023, p. 83. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/servico_militar/pgc-2023-para-impressao.pdf. Acesso em: 8 jul. 2023.

NUNES, Marcelo. **A importância da Defesa ao longo da história do Brasil: o papel do Exército Nacional na manutenção da unidade nacional durante a Guerra do Paraguai (1864-1870)**. Trabalho Acadêmico – Especialização em Ciências Militares – Gestão Operacional – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais – Divisão de Ensino/Seção de Pós-Graduação – Ministério da Defesa. Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, 2019.

O ESTADO DE MS ON-LINE. Cresce o número de alistamento online para serviço militar na Capital. **O Estado de MS On-line**, Caderno Cotidiano, Brenda Leitte, 26 jun. 2023. Disponível em: <https://oestadoonline.com.br/cotidiano/cresce-o-numero-de-alistamento-online-para-servico-militar-na-capital/>. Acesso dia 27 jun. 2023.

OLIVEIRA, Érica dos Santos; KUKIEL, Éder Damião Goes; SILVEIRA, Claudia Vera da. **A paisagem pantaneira como a cultura do turismo: o caso da cidade de Corumbá-MS**. Artigo publicado no XVII Congresso Internacional Fomerco – Fórum Universitário Mercosul. Foz do Iguaçu, 25 a 27 de setembro de 2019.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Os elos da integração. *In*: OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado; COSTA, Edgar Aparecido da. (Org.). **Seminário de Estudos Fronteiriços**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2009.

PARREIRA, José Lourenço. **Ricardo Franco de Almeida Serra e a consolidação do Oeste Brasileiro. Forte de Coimbra: História e tradição**. Ed especial: 1ª jornada cultura de Forte de Coimbra, 26 a 28 de julho de 2013, pp. 6-8.

PARREIRA, Luiz Eduardo Silva. **O Forte de Coimbra na Guerra do Paraguai. Forte de Coimbra: história e tradição**. Ed especial: 1ª jornada cultura de Forte de Coimbra, 26 a 28 de julho de 2013, pp. 9-15.

PAULA, Eurípedes Simões de. As origens do exército brasileiro. **Revista de História**, v. 24 n.º 49, 1962. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/322605857> As origens do exercito brasileiro. Acesso em: 23 jan. 2023.

PEREIRA, André Marcos. A Guerra da Tríplice Aliança no processo de consolidação do Exército e do Estado Nacional Brasileiro. Uma análise prospectiva segundo a teoria foucaultiana da guerra. **Revista do Exército Brasileiro**, v. 152, Edição Especial, pp. 5-11, 3.º quadrimestre de 2016.

PLANALTO. **Alvará de 21 de fevereiro de 1816**. Dá regulamento para a organização do Exército de Portugal. Presidência da República – Secretaria-Geral – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Rio de Janeiro, 1816. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/alvara/alv-21-2-1816.htm. Acesso em: 24 jan. 2023.

PLANALTO. **Lei n.º 5.700**, de 1.º de setembro de 1971. Presidência da República – Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15700.htm - :~:text=A Bandeira Nacional pode ser hasteada e arriada a qualquer,12 horas, com solenidades especiais. Acesso em: 24 jan. 2023.

PREFEITURA DE CORUMBÁ. **Relação do Exército com Corumbá vai além da soberania nacional**. Corumbá, 19 abr. 2011. Disponível em: <https://ww2.corumba.ms.gov.br/2011/04/relacao-do-exercito-com-corumba-vai-alem-da-soberania-nacional/>. Acesso em: 4 jul. 2023.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ed Ática, 1993.

RODRIGUES, Aline Lima. Fronteira e território: considerações conceituais para a compreensão da dinâmica do espaço geográfico. **Revista Produção Acadêmica** – Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários/Nurba, n.º 2, pp. 139-157, dez. 2015.

SEABRA, Miguel Pascoal Costa Saldanha. **O conceito de fronteira: uma abordagem multifacetada**. Lisboa-PT: Instituto de Estudos Superiores Militares – Curso de Estado-Maior Conjunto, 2012.

SEBRAE/MS. **Mapa de oportunidades do município de Corumbá**. Corumbá-MS, 2017.

SILVA, Daniel Neves. **Independência do Brasil**. Brasil Escola, s.d., n.p. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/independencia-brasil.htm>. Acesso em: 26 jan. 2023.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle Taunay, Visconde de (1843-1899). **A retirada da Laguna**. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1874.

UFMS. **Parecer Consubstanciado do CEP**. Número do Parecer: 6.161.881 Campo Grande, 4 de julho de 2023.

WIKIPEDIA. **Hermenegildo de Albuquerque Portocarrero**. S.d. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Hermenegildo_de_Albuquerque_Portocarrero. Acesso em: 7 fev. 2023.